



Caixagest

2014

Relatório e Contas

## INDICE

<b>1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	3
1.2. ECONOMIA PORTUGUESA .....	6
1.3. MERCADO DE CAPITAIS .....	7
1.4. MERCADO DOS FUNDOS MOBILIÁRIOS .....	9
1.5. ATIVIDADE DA CAIXAGEST, S.A. ....	10
1.6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	11
1.7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO .....	11
1.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	12
1.9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS.....	14
<b>2. RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE.....</b>	<b>48</b>
2.1. AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO.....	48
2.2. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO ...	51
2.3. PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO .....	52
2.4. TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	55
2.5. MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE.....	56
2.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	58
2.7. SISTEMA DE CONTROLO.....	58
2.8. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE .....	59
2.9. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL .....	60
2.10. NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE .....	60
ANEXO I – CURRÍCULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS.....	61
ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS .....	64
<b>3. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>4. RELATÓRIO DE AUDITORIA, CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....</b>	<b>67</b>

## ORGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral

Presidente	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr. <sup>a</sup> Maria Amélia Vieira Carvalho de Figueiredo
Secretário	Dr. Ruben Filipe Carriço Pascoal

### Conselho de Administração

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr. <sup>a</sup> Sofia Brigida Correia dos Santos Marçal Teixeira Furtado Torres

### Órgão de Fiscalização (Fiscal Único)

Efetivo	Oliveira Rego & Associados - S.R.O.C., <i>representada pelo</i> Dr. Manuel de Oliveira Rego
Suplente	Dr. <sup>a</sup> Paula Cristina Guerreiro Ganhão de Oliveira Rego

### Comissão de Vencimentos

Membro	Dr. Rui Manuel Negrões Soares
Membro	Dr. Vitor José Lilaia Da Silva

## ESTRUTURA ACIONISTA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A., através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentora da totalidade do capital social da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A..

# 1. RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### Internacional

Segundo as estimativas intercalares de janeiro divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2014, a economia mundial terá crescido a um ritmo idêntico ao do ano anterior, 3,3%. A evolução do crescimento não foi, uma vez mais, homogénea entre as principais regiões e economias. Enquanto, por exemplo, nos EUA e no Reino Unido a atividade ganhou intensidade ao longo de 2014, assente sobretudo na procura interna, na Área Euro, embora a economia tenha voltado a crescer após dois anos de contração, o ritmo de atividade permaneceu modesto.

Apesar da notória exceção da Reserva Federal norte-americana, a qual, conforme planeado, finalizou em outubro o seu programa de compra de ativos, a tendência dominante foi de adição de novos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais. O avolumar das preocupações com os níveis muito baixos da inflação e a necessidade de incentivar a concessão de crédito para induzir maior crescimento económico, constituiu as principais razões para as medidas tomadas. Estas traduziram-se na descida de taxas de juro e no uso de instrumentos não convencionais, como a compra de ativos.

### INDICADORES ECONÓMICOS MUNDIAIS

	Taxas de variação (em %)				Taxas (em %)	
	PIB		Inflação (b)		Desemprego (b)	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
União Europeia (a)	0,0	1,3	1,5	0,6	10,8	10,3
• Área do Euro	-0,5	0,8	1,4	0,4	12,0	11,6
• Alemanha	0,1	1,5	1,6	0,8	5,2	5,0
• França	0,3	0,4	1,0	0,6	10,3	10,3
• Reino Unido	1,7	2,6	2,6	1,5	7,6	6,3
• Espanha	-1,2	1,4	1,5	-0,2	26,1	24,3
• Itália	-1,9	-0,5	1,3	0,2	12,2	12,8
EUA	2,2	2,4	1,5	2,0	7,4	6,3
Japão	1,6	0,1	0,4	2,7	4,0	3,7
Rússia	1,3	0,2	6,8	7,4	5,6	5,6
China	7,7	7,4	2,6	2,3	4,1	4,1
Índia	5,0	5,6	9,5	7,8	n.d.	n.d.
Brasil	2,5	0,3	6,2	6,3	5,4	5,5

FMI: World Economic Outlook - Update - janeiro de 2015

(a) Comissão Europeia: European Economic Forecast - fevereiro de 2015

(b) FMI: World Economic Outlook - outubro de 2014 (para os países não membros da UE)

Outros fatores que mereceram a atenção dos agentes económicos e dos mercados financeiros ao longo do ano tiveram origem em acontecimentos de ordem geopolítica. Neste âmbito, duas crises se destacaram, a primeira entre a Ucrânia e a Rússia, a segunda decorrente dos avanços de grupos radicais no Iraque e na Síria. A outro nível, salienta-se a realização de eleições antecipadas no Japão, na sequência da decisão de postecipar a nova subida do IVA, das quais resultou a recondução do Primeiro-Ministro, Shinzo Abe.

Nos EUA, após um início de ano marcado pelo impacto negativo das condições climatéricas adversas, que levaram o PIB a registar o primeiro trimestre de contração dos últimos três anos, os indicadores económicos recuperaram de forma assinalável a partir da primavera. E nos dois trimestres seguintes assistiu-se, inclusive, ao período de maior crescimento da última década, o qual se cifrou em 4,6% e 5,0%, em cadeia e anualizado, em cada um dos trimestres, respetivamente.

No Japão, em consequência do aumento do IVA, a economia japonesa voltou a cair em recessão técnica, o que levou, como referido, à convocação de eleições antecipadas e à adoção de novas medidas de estímulo por parte do banco central, num ano em que a inflação registou o segundo ano consecutivo de variação positiva, algo a que já não se assistia desde 2008.

As economias emergentes denotaram um novo abrandamento, apesar de manterem um nível de crescimento superior ao verificado nos países desenvolvidos. Condições menos favoráveis, quer de natureza cíclica, quer de natureza estrutural, ditaram esse arrefecimento. Os países mais dependentes da exportação de matérias-primas foram particularmente afetados pela evolução negativa dos preços das mesmas.

No bloco asiático, onde o crescimento continua a ser mais forte, a China obteve uma expansão de 7,4%, ainda assim o valor mais baixo dos últimos 24 anos. Por seu turno, o Brasil, principal economia da América Latina, registou uma recessão técnica durante o primeiro semestre; não obstante, e em consequência dos níveis elevados de inflação, o Banco Central do Brasil manteve o processo de aumentos da taxa diretora, que encerrou o ano em 11,75%. Na Rússia, o ano foi marcado por uma elevada incerteza, decorrente da queda do preço do petróleo e do abrandamento da atividade induzido pelas sanções económicas impostas ao país, o rublo registou nesse período uma depreciação de 79,8% face ao dólar, tendo o Banco Central da Rússia sido obrigado a decretar aumentos da taxa diretora em cinco ocasiões, a qual encerrou o ano em 17%.

Os níveis de desemprego a nível global permanecem, em termos históricos, ainda muito elevados, apesar de terem registado de uma forma geral uma redução. A pressão sobre o crescimento dos salários manteve-se, desta forma, muito contida, o que, em conjunto com a queda do preço das matérias-primas, sobretudo do petróleo no segundo semestre do ano, levou a uma descida dos níveis de inflação em diversos países desenvolvidos.

## Europa

De acordo com as Estimativas do Outono da Comissão Europeia, a atividade na Área Euro terá crescido 0,8% em termos anuais, primordialmente devido ao contributo da procura doméstica. Nos principais Estados Membros registaram-se taxas de crescimento positivas, com exceção da Itália. O desempenho das economias sob pressão foi também positivo, destacando-se a recuperação da Irlanda e, em menor magnitude, de Espanha.

O Euro registou em 2014 um ano de depreciação face à generalidade das moedas, fruto do reforço do carácter expansionista da política monetária na Área Euro, decorrente da conjuntura de descida da inflação para valores considerados muito baixos, e manutenção de um ritmo de crescimento lento.

### TAXAS DE CÂMBIO DO EURO

	Valores médios mensais		
	USD	GBP	JPY
Dezembro de 2011	1,3179	0,8441	102,55
Dezembro de 2012	1,3120	0,8130	110,02
Dezembro de 2013	1,3704	0,8364	141,68
Dezembro de 2014	1,2330	0,7880	147,06

A moeda única perdeu 10,0% face ao dólar norte-americano, fruto da atuação divergente dos respetivos bancos centrais, com a Fed a concluir do programa de aquisição de ativos, enquanto o BCE reforçava os estímulos monetários. Contra o iene, o euro apreciou pelo terceiro ano consecutivo, desta feita de 3,8%, tendo, no final do ano, alcançado o valor mais elevado em mais de seis anos (144,85 ienes por euro).

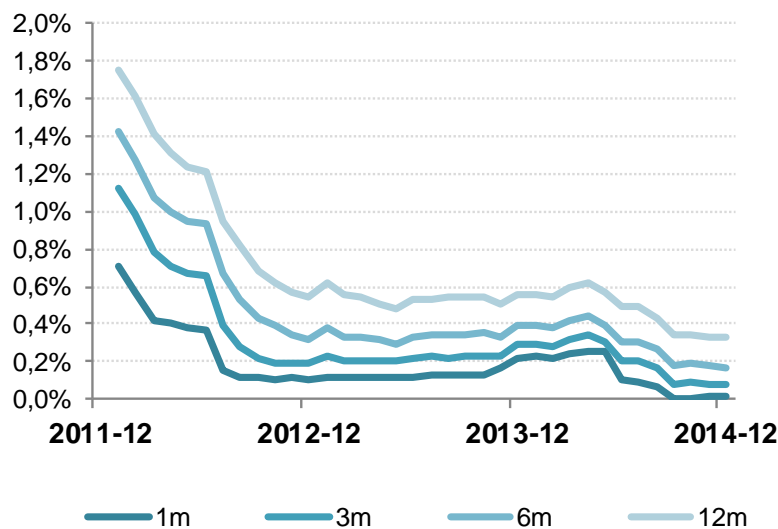
O desemprego na região registou uma ligeira redução em 2014, após dois anos consecutivos de aumento. A taxa de desemprego média, até novembro, fixou-se em 11,6%, menos 0,4 pontos percentuais do que o registado em 2013.

Na Área Euro, a evolução dos preços acentuou os receios de um prolongado período de inflação muito baixa ou mesmo de deflação. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou uma variação média de 0,4%, um ponto percentual abaixo do verificado em 2013, apenas superior ao valor observado em 2009, quando a referida taxa média foi de 0,3%.

O Banco Central Europeu (BCE) revelou-se particularmente ativo ao longo do ano. A evolução da conjuntura levou a que decidisse reduções das taxas de referência, em junho e em setembro, tendo fixado, pela primeira vez na história, a taxa de depósito em terreno negativo. Adicionalmente, anunciou novas Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direcionadas, com o propósito de incentivar a disponibilização de crédito bancário às empresas não financeiras e às famílias, e ainda dois programas de compra de títulos de dívida em mercado secundário.

As taxas de juro praticadas desceram em 2014, em sintonia com o comportamento das taxas Euribor e com a redução dos custos de financiamento das instituições financeiras nos mercados de capitais.

#### TAXAS EURIBOR



Os progressos efetuados no que concerne à União Bancária, nomeadamente o entendimento alcançado no Parlamento Europeu e no Conselho Europeu no que respeita ao Mecanismo Único de Resolução, e a conclusão do processo de análise da qualidade dos ativos (Asset Quality Review) e do teste de stress, no âmbito da assunção pelo BCE das suas competências ao nível do Mecanismo Único de Supervisão, foram fatores adicionais na contínua melhoria do sentimento na região.

## 1.2. ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa registou em 2014, segundo as projeções divulgadas pelo Banco de Portugal no seu Boletim Económico de dezembro de 2014, um crescimento positivo, o que sucedeu pela primeira vez em quatro anos. Esta evolução ficou a dever-se ao comportamento da procura interna, dado que, diferentemente do verificado no passado recente, o contributo do comércio externo para o PIB em 2014 foi negativo, uma vez que o aumento das importações suplantou o das exportações.

De acordo com o banco central, em 2014 as exportações interromperam a tendência de aumento de quota que se observou durante os três anos anteriores, uma evolução que foi, contudo, significativamente afetada pela componente dos bens energéticos, refletindo o encerramento prolongado de uma unidade de refinação durante o primeiro trimestre do ano.

### INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

	taxas de variação homóloga em %		
	2012	2013	2014 (a)
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>-3,3</b>	<b>-1,4</b>	<b>0,9</b>
Consumo privado	-5,2	-1,4	-1,8
Consumo público	-4,3	-1,9	-0,6
FBCF	-15,0	-6,3	1,5
Procura Interna (b)	-6,9	-2,4	1,4
Exportações	3,1	6,4	3,7
Importações	-6,6	3,6	4,7
<b>Taxa de Inflação (IHPC)</b>	<b>2,8</b>	<b>0,3</b>	<b>-0,3</b>
<b>Rácios</b>			
Taxa de desemprego	15,8	16,4	14,1
Défice do SPA (em % do PIB)	-5,5	-4,9	-4,8
Dívida Pública (em % do PIB)	124,8	128,0	127,2

Fonte: INE

(a) OE: Relatório Orçamento de Estado para 2015 - outubro de 2014, exceto quando identificados (\*)

(b) Contributo para o crescimento do PIB (*pontos percentuais*)

Na frente orçamental continuaram os esforços no sentido de redução do défice que se estima que se tenha situado abaixo da meta definida pelo Governo. Para esta evolução contribuiu, sobretudo, o crescimento da receita fiscal acima do esperado acompanhado por um decréscimo da despesa pública.

Em sintonia com o verificado na generalidade dos países da Área do Euro, o índice de preços português decresceu visivelmente registando, em 2014, uma taxa de variação média de -0,3%, após 0,3% em 2013.

Em 2014 a taxa de desemprego desceu nos três primeiros trimestres de 2014, altura em que atingiu 13,1%, o registo mais baixo em 4 anos, sendo a população desempregada de 688,9 mil indivíduos, o que representa um decréscimo de 16% face a igual trimestre de 2013.

Em maio, Portugal concluiu com sucesso o Programa de Assistência Económica e Financeira sem que tenha sido considerado necessário qualquer conjunto de medidas de natureza cautelar.

### 1.3. MERCADO DE CAPITALIS

Em 2014 o desempenho dos mercados de capitais foi, uma vez mais, pautado em grande medida pela atuação dos bancos centrais, numa conjuntura de gradual melhoria das economias desenvolvidas, sobretudo dos EUA, e moderação das economias emergentes mais relevantes.

A queda da cotação de diversas matérias-primas, em particular do preço do petróleo no segundo semestre de 2014, teve um impacto negativo nos países exportadores destes bens, mas constituiu um fator adicional de suporte ao crescimento dos países importadores.

Os mercados de capitais foram ainda pontualmente condicionados, em 2014, por fatores de ordem geopolítica, com destaque para o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, e a contínua instabilidade na região do Médio Oriente.

#### Mercado Acionista

Em 2014, os principais índices acionistas registaram valorizações, embora menores do que em 2013. Apesar de, genericamente, se ter assistido a novos estímulos monetários e a resultados empresariais favoráveis, os principais índices de ações registaram ao longo do ano correções pontuais, que contribuíram para que o índice global da Morgan Stanley tivesse registado um ganho de apenas 2,9%, valorização inferior aos 24,1% de 2013.

#### ÍNDICES BOLSISTAS

	2013		2014	
	Índice	Variação	Índice	Variação
Dow Jones (Nova Iorque)	16.576,7	7,3%	17.823,1	7,5%
Nasdaq (Nova Iorque)	4.176,6	15,9%	4.736,1	13,4%
FTSE (Londres)	6.749,1	5,8%	6.566,1	-2,7%
NIKKEI (Tóquio)	16.291,3	21,0%	17.450,8	7,1%
CAC (Paris)	4.296,0	15,2%	4.272,8	-0,5%
DAX (Frankfurt)	9.552,2	29,1%	9.805,6	2,7%
IBEX (Madrid)	9.916,7	-4,7%	10.279,5	3,7%
PSI-20 (Lisboa)	6.558,9	2,9%	4.799,0	-26,8%

A primeira fase de correção aconteceu logo no final de janeiro, motivada por receios associados à redução dos estímulos monetários pela Federal Reserve e ao abrandamento económico da China. No início de agosto, uma nova correção foi despoletada pela tensão entre a Rússia e a Ucrânia, intensificada pela incerteza quanto ao impacto da forte queda do preço do petróleo nalgumas economias e por sinais de um novo enfraquecimento da Área Euro. Perto do final do ano, o mercado registou um novo período de queda, devido ao reaparecimento de incertezas políticas na Grécia, e pelo acentuar da queda do preço das matérias-primas.

Em 2014, o mercado bolsista dos EUA obteve o sexto ano consecutivo de valorização, com os principais índices a encerrar o ano perto de máximos históricos. O índice de referência S&P500 valorizou 11,4%, enquanto que o índice tecnológico NASDAQ averbou a terceira valorização anual consecutiva subindo 13,4% e encerrando acima 4700 pontos, o registo mais elevado desde 2000.

O índice japonês Nikkei225 valorizou 7,1%, após ter apresentado no ano anterior a segunda maior valorização de sempre (56,7%), encerrando num nível mais elevado desde 2007. A depreciação de 13,7% do iene face ao dólar terá contribuído para este comportamento.



Na Europa, o comportamento do mercado de ações foi particularmente diverso. A praça irlandesa destacou-se positivamente, com um ganho de 15,1%. Substancialmente mais modestos foram os ganhos de 3,7% e de 2,7% do IBEX espanhol e do DAX alemão que permitiram leituras dos mesmos acima dos 10 000 pontos e dos 9 800 pontos, respetivamente, num ano em que a bolsa italiana não registou qualquer variação e o índice francês caiu marginalmente, -0,5%.

Pela negativa, destacou-se o PSI20 português, o qual, após ter estado a ganhar 18% no início de abril, encerrou o ano a cair 26,8%, tendo registado a nível mundial um dos piores resultados. O comportamento evidenciado pelo índice português correspondeu ao terceiro pior desempenho da sua história, afetado, em especial, pela situação do GES e pela PT SGPS.

Também o desempenho dos mercados acionistas emergentes foi heterogêneo. Pela negativa, para além da forte queda do mercado russo, -45,2%, salientou-se o índice Bovespa brasileiro, que caiu 2,9%, neste caso pelo segundo ano sucessivo. Pela positiva, destaque para as valorizações de 29,9% e de 52,9% dos mercados da Índia (Sensex) e da China (Shangai). O índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes averbou em 2014 uma queda de 4,6%.

### **Mercado Obrigacionista**

Em 2014, as taxas de rendibilidade da dívida soberana registaram uma forte redução na Europa. No caso da Alemanha, referencial para a região, a diminuição esteve associada à descida da inflação na Área Euro e às intervenções do Banco Central Europeu. Na periferia europeia, a tendência de queda de taxas em 2014, já patente no ano anterior, foi acentuada, tendo os *spreads* face à Alemanha registado um estreitamento significativo. A Grécia foi uma exceção, já que as taxas sofreram uma subida no ano transato.

A evolução favorável do prémio de risco dos emitentes periféricos foi consistente ao longo do ano, beneficiando de uma conjuntura de regresso do crescimento económico e do suporte providenciado pelo Banco Central Europeu, e também pela redução dos desequilíbrios das contas públicas e das contas externas, bem como do reforço dos mecanismos de governação europeus, destacando-se neste âmbito, o entendimento alcançado no Parlamento Europeu e no Conselho Europeu em matéria de União Bancária.

As *yields* dos prazos mais longos dos EUA voltaram a descer em 2014, movimento que se deveu, por um lado, à descida das expectativas de inflação, associada à queda acentuada do preço do petróleo no segundo semestre e à postura paciente da Reserva Federal na transição para um ciclo de subida de taxas diretoras.

No cômputo anual, a taxa a 10 anos norte americana registou uma descida de 85,7 p.b., encerrando a 2,17%. Na Alemanha, a taxa para aquela maturidade desceu 138,8 p.b. para um mínimo histórico de 0,54%. Na periferia europeia, Portugal foi o país que obteve a maior redução da sua taxa a 10 anos, com uma queda de 344 p.b. para 2,69%. Do mesmo modo, a Itália e a Espanha também obtiveram descidas assinaláveis de, respetivamente, 224 p.b. para 1,89% e 254 p.b. para 1,61%. Em todos os casos atingiram os níveis mais reduzidos de sempre.

O mercado primário de dívida, por seu lado, superou as expectativas e registou um acréscimo do volume de emissões, quer de emitentes financeiros quer de não financeiros. Em particular, no segmento de não financeiras registou-se um acréscimo anual do volume de emissões de +33,3% face ao ano precedente.

## 1.4. MERCADO DOS FUNDOS MOBILIÁRIOS

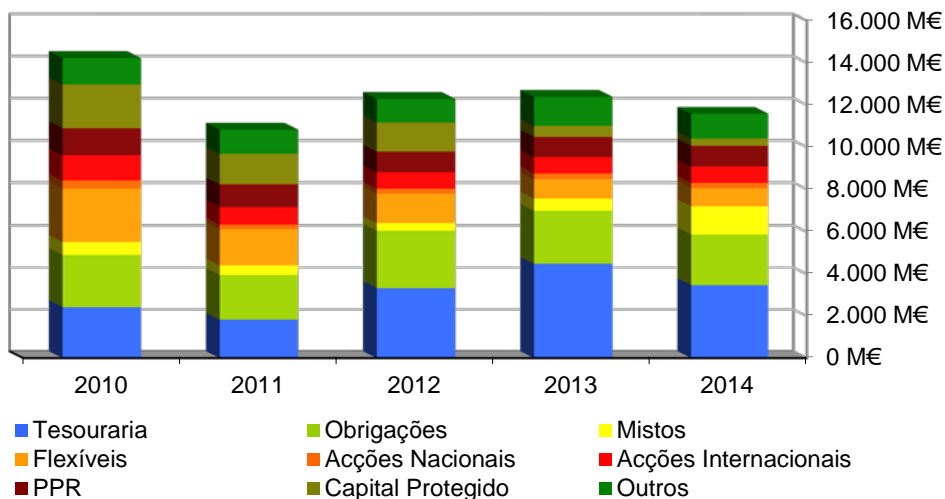
Em 31 de Dezembro de 2014, o valor dos fundos mobiliários geridos pelas sociedades portuguesas situava-se em 11.525 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a um decréscimo de 6,7%.

Esta evolução decorreu sobretudo das consequências da Resolução do Grupo BES, que influenciaram a dimensão dos ativos sob gestão das empresas daquele grupo financeiro, tendo gerando algumas alterações no mercado de fundos de investimento.

No final do ano, o saldo líquido acumulado das subscrições menos os resgates foi negativo, no valor de 838 milhões de euros, apesar de ter sido muito positivo no primeiro semestre.

As categorias de fundos que maiores perdas sofreram, em termos homólogos, foram os fundos de Tesouraria que registaram uma redução de 1015 M€ (-23%), os fundos de Capital Protegido que desceram 174 M€ (-33%) e os Fundos de Obrigações que diminuíram 107 M€ (-4%). Registaram-se aumentos nos montantes sob gestão apenas nas categorias dos Fundos Mistos, 758 M€ (130%) e dos fundos PPR, 24 M€ (2%).

### MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Ao longo do ano foram constituídos 11 novos fundos, sobretudo Fundos de Fundos. Contudo, o número de fundos mobiliários portugueses em atividade baixou de 244 para 211, devido à elevada quantidade de fundos liquidados, 44, na sua grande maioria, fundos com pequena dimensão ou fundos de Capital Assegurado.

No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 84% do mercado e a Caixagest geria o maior volume de activos, com uma quota de 31,8%.

### Gestão de patrimónios

No final de 2014, o montante sob gestão no mercado de gestão de carteiras por conta de outrem, aferido pela APFIPP, ascendia a cerca de 54.153 M€, o que traduz um aumento de 0,7% desde o início do ano. A categoria de clientes que detém maior volume de ativos sob gestão é a das Seguradoras (63,4% do total), seguida pelos Fundos de Pensões (19,9%). Nesta data, a quota de mercado da Caixagest situava-se em 40,4%, mantendo a liderança do mercado.

## 1.5. ATIVIDADE DA CAIXAGEST, S.A.

### Fundos Mobiliários

Durante 2014 a Caixagest reforçou e consolidou a sua posição de liderança no mercado nacional de fundos, num contexto adverso em termos de aversão ao risco, apresentando no final do ano uma quota de mercado de 31,8%.

O ano foi caracterizado por um conjunto de eventos externos, com o agudizar das tensões geopolíticas na europa (guerra na Ucrânia), as sanções económicas impostas à Rússia, a tendência da debilidade dos indicadores macroeconómicos da zona euro e a crescente preocupação com a desinflação, contribuíram para uma maior volatilidade dos mercados acionistas.

Por outro lado, no mercado financeiro nacional, a instabilidade criada pelo GES e BES, foram fatores adicionais que fragilizaram ainda mais o sentimento de apetite pelo risco. O mercado dos fundos de investimento mobiliário nacional registou, no ano de 2014, uma perda líquida na ordem dos 872 milhões de euros.

O crescimento da Caixagest no mercado é a consequência de uma estratégia de longo prazo, com um forte investimento na melhoria do grau de literacia financeira, de grande proximidade com as equipas da área comercial da CGD, com um objetivo de melhorar o nível de serviço prestado ao cliente.

A aposta numa lógica de diversificação do património financeiro, com soluções integradas para os diversos perfis de risco, bem como a política de alargamento da base de clientes, permitiu a consolidação da posição da Caixagest no mercado nacional.

Em 2014 venceram-se 4 fundos de investimento mobiliário com capital assegurado, no valor aproximado de 90 milhões de euros, no entanto o crescimento sustentado do volume sob gestão dos fundos mistos e de ações foram importantes na política de retenção e de fidelização de clientes na CGD.

No global durante o ano de 2014 o volume sob gestão de fundos da Caixagest apresentou um crescimento de 12.7%, correspondente a captações líquidas superiores a € 400 Milhões.

### Gestão Discricionária de Carteiras

Durante o ano de 2014, com especial incidência no segundo semestre, a Caixagest decidiu, em parceria com a Caixa Geral de Depósitos, apostar estrategicamente na dinamização da gestão de patrimónios.

Através da prestação de um serviço de aconselhamento patrimonial (Wealth Management), a Caixagest proporciona a um segmento de clientes da CGD um apoio especializado, propondo um leque abrangente de soluções financeiras adequadas aos seus objetivos, perfis de risco e características pessoais, ajustadas de forma dinâmica no tempo.

Através de uma atuação concertada com a CGD, a Caixagest pretende assim contribuir para os seguintes objetivos do Grupo CGD:

- Reforçar a proposta de valor prestada pelo gestor Caixazul, oferecendo um serviço de excelência aos seus clientes, corroborado pelo apoio especializado de Consultores de Investimentos da Caixagest;
- Posicionar a CGD como um banco com uma oferta sofisticada e adequada ao segmento *Upper Affluent*, respeitando as normas legais aplicáveis e as melhores práticas em serviços de consultoria para investimentos;
- Servir de alavanca ao crescimento do montante sob gestão na CGD neste segmento, diversificando a oferta disponível;

- Contribuir para o incremento dos resultados do Grupo CGD através da melhoria do produto bancário, assente na geração de comissionamento estável.

### Evolução Financeira

Em resultado da dinâmica comercial verificada em 2014, as comissões de gestão aumentaram 15,2% para 26,8 M€ e o Produto Bancário registou um crescimento de 8% para 11,8 M€. Quanto aos custos de estrutura - Pessoal, Gastos Administrativos e Amortizações - registaram um aumento de 2%, influenciado pela aplicação das medidas previstas na lei do Orçamento do Estado.

O Resultado Líquido do Exercício de 2014 situou-se em 3,1 M€, o que correspondeu a um acréscimo de 26,1% face ao ano anterior.

(Milhares de Euros)			
	2013	2014	Variação
Ativo líquido	33 756	35 427	5,0 %
Capitais próprios	28 666	29 354	2,6 %
Distribuição de Dividendos	2 595	2 495	- 3,8%
Resultado líquido	2 495	3 145	26,1%

## 1.6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2014, a área de gestão dos sistemas de informação consolidou os processos de negócio através da melhoria das atividades de gestão de informação e de gestão tecnológica.

Foi dada continuidade à atualização dos sistemas centrais de informação utilizados nas áreas de apoio ao negócio, nomeadamente:

- Aos sistemas de valorização dos fundos;
- Ao sistema de *front office* para a gestão de ativos mobiliários, que constitui uma ferramenta inovadora no mercado;
- Ao sistema de apoio ao processo de reconciliações financeiras e físicas;
- Na consolidação da plataforma de gestão e distribuição de informação, que fornece serviços de informação na área de valorização, reporte legal e disponibiliza informação para a gestão dos fundos.

## 1.7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração considera fundamental que a Sociedade e os Fundos que administra e gere possuam um sistema de controlo interno adequado e eficaz.

A Sociedade tem vindo, ao longo dos últimos anos, a solidificar os três pilares essenciais ao Sistema de Controlo Interno, designadamente o Compliance, a Gestão de Risco e a Auditoria Interna. Para tal tem procurado, através da implementação de diversos projetos, que abrangem de forma transversal todos os órgãos de estrutura da organização, robustecer os mecanismos de controlo e eliminar os

constrangimentos que vão surgindo.

A sociedade define o sistema de controlo interno como o conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, e ainda as ações desenvolvidas por este Conselho e todos os colaboradores, por forma a assegurar:

- O desempenho eficiente e rentável, no médio e longo prazo, da atividade através de uma utilização eficaz dos ativos e recursos;
- O efetivo cumprimento das obrigações legais e regulamentares a que se encontra sujeita;
- A apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando a estabilidade e sobrevivência da sociedade;
- A prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades;
- A existência de informação financeira e de gestão completa e fiável.

Para atingir estes objetivos a Sociedade tem uma estrutura organizacional bem definida com competências e responsabilidades adequadas ao bom desempenho das atividades exercidas. O Conselho de Administração tem fomentado, ao longo do tempo, uma cultura e um ambiente de controlo adequados, assegurando um vasto conjunto de procedimentos de controlo, mecanismo de avaliação, bem como um efetivo processo de monitorização.

Em sede de Comité de Risco de Negócio, o Conselho de Administração acompanha a evolução dos riscos operacionais e de mercado, e produz documentação de suporte às informações solicitadas pelos auditores, internos e externos, e pelas autoridades de supervisão.

O Conselho de Administração tem vindo a eleger o Código de Conduta como uma ferramenta fundamental para a concretização desta missão, revendo-se nos princípios de atuação e nas normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob as orientações determinadas dentro de todo o Grupo CGD.

## 1.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto relativo ao ano de 2014, da CAIXAGEST – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., no valor de 3.144.646,38 euros (três milhões, cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e seis euros e trinta e oito cêntimos), seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação, considerando que a reserva legal já se encontra integralmente constituída.

### Considerações Finais

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração, que termina o seu mandato à frente da empresa, considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pela disponibilidade manifestada em todos os contatos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – fiscal único da sociedade e revisor oficial de contas dos fundos – e aos membros da assembleia-geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, com quem tem sido possível construir uma verdadeira parceria de confiança na relação com os clientes;

- A todos os clientes dos fundos e carteiras geridos pela sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos colaboradores da empresa, pela grande dedicação e profissionalismo, que foram decisivos para os resultados alcançados;

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2015

## **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria – Presidente

---

Fernando Manuel Domingos Maximiano

---

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

---

Sofia Brigida Correia dos Santos Marçal Teixeira Furtado Torres

## 1.9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

### DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

		(Montantes expressos em Euros)	
	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	13	339.344	473.952
Juros e encargos similares	13	(76)	(42)
<b>Margem financeira</b>		<b>339.268</b>	<b>473.910</b>
Rendimentos de serviços e comissões	14	26.823.654	23.280.764
Encargos com serviços e comissões	14	(14.994.573)	(12.704.195)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	5	307	380
Resultados de reavaliação cambial		1	-
Outros resultados de exploração	15	(410.084)	(165.888)
<b>Produto bancário</b>		<b>11.758.573</b>	<b>10.884.971</b>
Gastos com o pessoal	16	(3.966.129)	(4.087.879)
Gastos gerais administrativos	18	(3.290.520)	(2.988.727)
Amortizações do exercício	7	(251.322)	(305.081)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>4.250.602</b>	<b>3.503.284</b>
Impostos correntes	9	(1.105.956)	(1.008.532)
Impostos diferidos	9	-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>3.144.646</b>	<b>2.494.752</b>
<b>Receitas e despesas não reconhecidas no resultado do exercício:</b>			
Itens que serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:			
- Variações na reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			
Ganhos/(perdas)		2.311	440
Efeito fiscal		(541)	(117)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:			
- Desvios atuariais e financeiros			
Ganhos/(perdas)	17	48.570	(31.528)
Efeito fiscal	9	(11.900)	3.823
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>3.183.086</b>	<b>2.467.370</b>
Número médio de ações ordinárias emitidas		1.860.000	1.860.000
Resultado líquido por ação		1,69	1,34
Número médio de ações ordinárias emitidas		1.860.000	1.860.000
Resultado integral por ação		1,71	1,33

**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31-12-2014		31-12-2013		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31-12-2014	31-12-2013
		Ativo bruto	Amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		171	-	171	220	Passivos por impostos correntes	9	1.102.471	221.437
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	850.625	-	850.625	1.785.380	Passivos por impostos diferidos	9	880	339
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	28.356	-	28.356	76.926	Outros passivos	10	4.969.415	4.868.034
Aplicações em instituições de crédito	6	19.429.698	-	19.429.698	19.625.570	Total do passivo		6.072.766	5.089.810
Ativos tangíveis	7	814.001	(746.497)	67.504	123.811	Capital	11	9.300.000	9.300.000
Ativos intangíveis	7	2.186.953	(1.935.217)	251.736	198.447	Prémios de emissão	11	195.192	195.192
Outros ativos	8	14.798.962	-	14.798.962	11.945.407	Reserva de justo valor	12	2.710	940
						Outras reservas	12	16.716.721	16.680.050
						Resultados transitados	12	(4.983)	(4.983)
						Resultado líquido do exercício	12	3.144.646	2.494.752
						Total do capital próprio		29.354.286	28.665.951
Total do ativo		38.108.766	(2.681.714)	35.427.052	33.755.761	Total do passivo e do capital próprio		35.427.052	33.755.761
<b>CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS</b>									
Ativos geridos:									
. Fundos de investimento mobiliário	19			3.662.817.203	3.249.416.379				
. Carteiras sob gestão	19			21.996.457.647	19.589.370.142				
Sistema de Indemnização aos Investidores	20			38.861	40.747				



**DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Reserva de justo valor	Reserva legal	Reservas livres	Outras reservas	Total de outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total do Capital próprio
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (pró-forma)</b>	2.3	<b>9.300.000</b>	<b>195.192</b>	<b>617</b>	<b>9.300.000</b>	<b>6.763.096</b>	<b>644.659</b>	<b>16.707.755</b>	-	<b>2.589.577</b>	<b>28.793.141</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior:											
. Distribuição de dividendos	12	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.594.560)	(2.594.560)
. Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(4.983)	4.983	-
Rendimento integral do exercício:											
. Reserva de justo valor	5 e 9	-	-	323	-	-	-	-	-	-	323
. Desvios atuariais		-	-	-	-	-	(27.705)	(27.705)	-	-	(27.705)
. Resultado líquido do exercício de 2013		-	-	-	-	-	-	-	-	2.494.752	2.494.752
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>9.300.000</b>	<b>195.192</b>	<b>940</b>	<b>9.300.000</b>	<b>6.763.096</b>	<b>616.954</b>	<b>16.680.050</b>	<b>(4.983)</b>	<b>2.494.752</b>	<b>28.665.951</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior:											
. Distribuição de dividendos	12	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.494.752)	(2.494.752)
Outros		-	-	-	-	-	1	1	-	-	1
Rendimento integral do exercício:											
. Reserva de justo valor	5 e 9	-	-	1.770	-	-	-	-	-	-	1.770
. Desvios atuariais		-	-	-	-	-	36.670	36.670	-	-	36.670
. Resultado líquido do exercício de 2014		-	-	-	-	-	-	-	-	3.144.646	3.144.646
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>		<b>9.300.000</b>	<b>195.192</b>	<b>2.710</b>	<b>9.300.000</b>	<b>6.763.096</b>	<b>653.625</b>	<b>16.716.721</b>	<b>(4.983)</b>	<b>3.144.646</b>	<b>29.354.286</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	(Montantes expressos em Euros)	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b><u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>		
Recebimentos de fundos de investimento	16.836.357	16.847.753
Recebimentos de clientes de gestão discricionária	9.111.822	9.203.613
Pagamentos de comissões de comercialização e de depositário	(13.833.756)	(11.773.524)
Pagamentos a fornecedores	(3.199.476)	(2.988.510)
Pagamentos ao pessoal	(3.926.603)	(3.474.189)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à ativid. operacional	<u>(3.586.547)</u>	<u>(5.667.723)</u>
Fluxos gerados pelas operações	<u>1.401.797</u>	<u>2.147.420</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento	<u>(240.821)</u>	<u>(1.754.881)</u>
Fluxos das atividades operacionais	<u>1.160.976</u>	<u>392.539</u>
<b><u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aplicações em instituições de crédito	40.550.000	48.500.000
Juros e rendimentos similares	336.329	478.481
Alienação de ativos tangíveis e intangíveis	(714)	2.569
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(180.315)	(43.849)
Aplicações em instituições de crédito	<u>(40.300.000)</u>	<u>(46.623.700)</u>
Fluxos das atividades de investimento	<u>405.300</u>	<u>2.313.501</u>
<b><u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(81)	(746)
Amortização de contratos de locação financeira	(6.247)	(2.068)
Dividendos	<u>(2.494.752)</u>	<u>(2.594.560)</u>
Fluxos das atividades de financiamento	<u>(2.501.080)</u>	<u>(2.597.374)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes	<u>(934.804)</u>	<u>108.666</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.785.600	1.676.934
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	850.796	1.785.600

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “Caixagest”), foi constituída por escritura pública de 6 de novembro de 1990. A Sociedade tem por objeto social a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário, abertos ou fechados, e de fundos de capital de risco, a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, bem assim como a consultoria de investimento relativa àqueles ativos.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os fundos de investimento mobiliário, bem como as carteiras de ativos sob gestão, encontram-se detalhados na Nota 19.

Conforme indicado na Nota 11, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A., uma sociedade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD). Consequentemente, a gestão da Caixagest é influenciada por decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 21.

### 2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

#### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Caixagest foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA’s), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As NCA’s correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existem divergências com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade entre as NCA’s e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram ainda objeto de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, tendo contudo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Fevereiro de 2015. No entanto, o Conselho de Administração da Caixagest está convicto que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

#### 2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

##### a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo de aquisição, líquido de imparidade. Os ganhos ou perdas resultantes de alterações no justo

valor são registados diretamente em capitais próprios na rubrica “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício.

Os juros corridos de obrigações e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

b) Comissões

*Comissão de gestão*

A comissão de gestão, de acordo com o Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de outubro, corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos Fundos de investimento mobiliário. Na generalidade dos Fundos, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão sobre o património líquido dos Fundos, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

*Comissão de comercialização*

Pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos, a CGD cobra à Sociedade uma comissão de comercialização equivalente a 70% da comissão de gestão cobrada por esta aos Fundos (55% ou 67% até 1 de março de 2013, dependendo da data de constituição e natureza do Fundo).

Para os Fundos Fechados constituídos até 31 de dezembro de 2004, a CGD cobrou à Sociedade uma comissão de comercialização única que incidiu sobre o valor de cada Fundo na data da sua constituição. Essa comissão encontra-se a ser reconhecida como gasto na demonstração dos resultados, de forma linear, ao longo do prazo de duração de cada Fundo.

Adicionalmente, a Sociedade administra, gere e representa, Fundos de investimento mobiliário comercializados pelos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT). Por esta função, os CTT debitam à Sociedade uma comissão de comercialização equivalente a 45% da comissão de gestão cobrada por esta aos Fundos.

Estas comissões são registadas na rubrica “Encargos com serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

*Comissão de gestão discricionária de carteiras*

Esta comissão é cobrada trimestral ou anualmente aos clientes pela gestão discricionária e individualizada das suas carteiras. Esta comissão é calculada sobre o valor das carteiras de ativos geridas no final de cada mês ou sobre o respetivo valor médio apurado diariamente, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14). Nos termos dos contratos celebrados, a Caixagest não garante rendimentos mínimos nas carteiras sob gestão.

*Comissão de aconselhamento*

Como remuneração pela sua atividade de prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos, a Sociedade cobra mensalmente aos seus clientes comissões calculadas sobre o valor médio trimestral dos ativos relativamente aos quais presta estes serviços, apurados com base no seu valor no final de cada mês. Estas comissões são registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

*Comissão de performance*

Como remuneração pela sua atividade de gestão discricionária de carteiras e de gestão do património dos Fundos de investimento mobiliário, a Sociedade cobra adicionalmente um prémio de desempenho. Este prémio é calculado numa base anual e corresponde a uma

percentagem do diferencial positivo entre o retorno anual da carteira e o retorno de um padrão de rentabilidade definido contratualmente, aplicada ao valor médio da carteira, apurado considerando todas as valorizações da carteira no ano civil.

c) Ativos tangíveis e património artístico

Nos termos da Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, os ativos fixos tangíveis utilizados pela Caixagest para o desenvolvimento da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os gastos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas e registadas em gastos do exercício numa base sistemática ao longo do período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, o qual corresponde aos seguintes anos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Equipamentos de transmissão	8 a 10

O património artístico da Sociedade encontra-se registado ao custo de aquisição não sendo objeto de amortização.

d) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado nas atividades desenvolvidas pela Caixagest. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas e registadas em gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período entre os 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gasto no exercício em que são incorridas.

e) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

A Caixagest assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores provenientes da ex-Investil complementos de pensões de reforma e sobrevivência. Estes complementos são função do tempo de serviço prestado e do salário pensionável nos últimos dez anos, com um máximo de 85% do mesmo. Adicionalmente, todos os colaboradores da Caixagest, incluindo os provenientes da ex-Investil, estão inscritos no Regime Geral de Segurança Social.

Para cobertura das suas responsabilidades com benefícios pós-emprego, a Sociedade subscreve unidades de participação do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Activa.

O ativo ou passivo refletido em balanço corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo de Pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por atuários especializados, utilizando o método “Projected Unit Credit” e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 17). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que irão ser pagas as responsabilidades, e com prazos de vencimento similares aos prazos médios de liquidação dessas responsabilidades.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o nível de cobertura das responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência correspondia a 106,57% e 104,38%, respetivamente (Nota 17).

#### Adoção da versão revista da IAS 19

Na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, a Sociedade alterou em 2013 a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em reservas (Outro rendimento integral) (Nota 2.3.).

Adicionalmente, a Sociedade regista na rubrica de “Gastos com o pessoal” da demonstração dos resultados os seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes; e
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma e sobrevivência (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades no início do período (Nota 17).

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de reservas (Outro rendimento integral).

#### f) Impostos

A Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a uma taxa de 23% e 25% nos exercícios de 2014 e 2013, respetivamente.

A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 no apuramento de impostos fosse de 24,5% e 26,5%, respetivamente.

Até ao exercício de 2013, a Sociedade esteve sujeita a uma taxa de derrama adicional de 3%, aplicável ao montante de lucro tributável que excedesse os 1.500.000 euros e de 5%, aplicável ao montante de lucro tributável que excedesse os 10.000.000 euros. A partir do exercício de 2014, a Sociedade está sujeita a uma taxa de derrama adicional de 3%, aplicável ao montante de lucro tributável compreendido entre os 1.500.000 euros e os 7.500.000 euros, de 5%, aplicável ao montante de lucro tributável compreendido entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e de 7%, aplicável ao montante de lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria coletável da entidade dominante Caixa Geral de Depósitos, S.A.. A opção por este regime conduz a que

o custo/proveito com imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Sociedade, sendo os correspondentes pagamentos ou recuperações efetuados pela entidade dominante. Deste modo, os montantes a recuperar e a pagar relativos a impostos correntes sobre lucros serão objeto de liquidação financeira com a Caixa Geral de Depósitos, S.A..

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estima que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e desvios atuariais.

g) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é efetuada em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos no início da locação pelo seu justo valor, no ativo e no passivo, respetivamente. As amortizações são registadas nos termos previstos na Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, sendo as rendas relativas a contratos de locação financeira desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como gastos financeiros.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas (incluindo as contingentes) são reconhecidas como gastos do exercício, de forma linear, durante o período do contrato de locação.

h) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

i) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

j) Ativos sob gestão

As políticas contabilísticas associadas aos ativos sob gestão são como seguem:

- i) As compras de títulos e de direitos de subscrição são registadas, na data da transação, pelo seu valor efetivo de aquisição, com exceção das compras de títulos e

direitos de subscrição em mercados estrangeiros, as quais apenas são registadas no dia útil seguinte.

- ii) Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:
  - i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transacionados num mercado regulamentado e com transações efetuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da mesma. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da *Reuters* e/ou da *Bloomberg*;
  - ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, será considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transações;
  - iii) Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transações nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Sociedade utiliza o “*bid*” do contribuidor “CBBT” divulgado pela *Bloomberg*. Na sua falta, a Sociedade definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a *Bloomberg*; neste processo, em cada data de valorização é selecionada a média das ofertas de compra “*bid*” divulgadas pelos contribuidores de entre a poule de contribuidores pré-selecionados, excluindo as ofertas que se afastam do preço médio em mais de um desvio padrão;
  - iv) Na impossibilidade de aplicação do referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a outros contribuidores externos, privilegiando sempre aqueles que estejam relacionados com a emissão do produto, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do produto;
  - v) Caso não seja possível aplicar o referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a modelos de avaliação internos ou elaborados por entidade independente e especializada;
  - vi) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo-se um desconto que reflita as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões;
  - vii) As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado terá



em conta o preço considerado mais representativo, em função designadamente da quantidade, frequência e regularidade das transações; e

- viii) Os outros valores representativos de dívida, incluindo papel comercial, certificados de depósito e depósitos bancários emitidos por prazos inferiores a um ano, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

k) Sistema de Indemnização aos Investidores

Este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. O montante das contribuições para o Sistema de Indemnização aos Investidores não desembolsadas encontra-se registado em rubricas “Extrapatrimoniais” como um compromisso irrevogável de desembolso obrigatório em qualquer momento quando solicitado.

2.3. Aplicação retrospectiva de alteração de políticas contabilísticas

Tal como referido na Nota 2.2.e), até 31 de dezembro de 2012, inclusive, a Sociedade utilizou o método do corredor para reconhecimento dos desvios atuariais e financeiros relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido. De acordo com aquele método, os ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros e as diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados, no que se referia às responsabilidades e ao rendimento esperado do Fundo de Pensões, eram reconhecidos no balanço nas rubricas de “Outros ativos” ou “Outros passivos”, até ao limite de 10% do valor atual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. Caso os ganhos e perdas atuariais excedessem o valor do corredor, o referido excesso seria reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano de pensões.

No exercício de 2013, na sequência da adoção obrigatória da versão revista da IAS 19, a Sociedade passou a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em reservas (Outro rendimento integral).

De acordo com os requisitos da “IAS 8 - Políticas contabilísticas, Alterações nas estimativas e Erros”, quando existe uma alteração numa política contabilística é necessário proceder à aplicação retrospectiva da nova política (“reexpressão”) com referência ao primeiro exercício comparativo apresentado nas demonstrações financeiras do exercício em que se verifica a alteração, ou seja, 1 de janeiro de 2012. Neste sentido, as demonstrações financeiras do exercício de 2012 foram reexpressas, tendo o impacto desta reexpressão consistido num aumento do capital próprio da Sociedade em 1 de janeiro de 2012 e em 31 de dezembro de 2012 nos montantes de 60.961 euros e 142.967 euros, respetivamente, após considerado o efeito fiscal, conforme se detalha no quadro abaixo:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Capital próprio sem resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício	Capital próprio total	Capital próprio total
Saldos antes da aplicação retrospectiva	26.055.614	2.594.560	28.650.174	27.154.902
Impacto da aplicação retrospectiva:				
Desvios actuariais reconhecidos no “corredor” acumulados em 1 de Janeiro de 2012	82.940	-	82.940	82.940
Desvios actuariais reconhecidos no “corredor” em 2012	118.352	-	118.352	-
Efeito fiscal	(53.342)	-	(53.342)	(21.979)
Efeito em outro rendimento integral	147.950	-	147.950	60.961
Anulação dos desvios actuariais amortizados em 2012 (excesso do “corredor”)	-	(6.779)	(6.779)	-
Efeito fiscal	-	1.796	1.796	-
Efeito em outras rubricas do capital próprio	-	(4.983)	(4.983)	-
Total do efeito em capital próprio	147.950	(4.983)	142.967	60.961
Saldos após a aplicação retrospectiva (pró-forma)	26.203.564	2.589.577	28.793.141	27.215.863

#### 2.4. Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Durante o exercício de 2014, a Sociedade adotou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia de aplicação obrigatória pela primeira vez no final daquele exercício:

- IFRS 10 - “Demonstrações financeiras consolidadas” - Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas” e a SIC 12 – “Consolidação – Entidades com Finalidade Especial”. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
- IFRS 11 – “Acordos conjuntos” - Esta norma substitui a IAS 31 – “Empreendimentos conjuntos” e a SIC 13 – “Entidades controladas conjuntamente – contribuições não monetárias por empreendedores” e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
- IFRS 12 – “Divulgações sobre participações noutras sociedades” - Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
- IAS 27 (alteração) – “Demonstrações financeiras separadas” – Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
- IAS 28 (alteração) “Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas” - Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – “Investimentos em associadas” e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – “Acordos conjuntos”.
- IFRS 10 (alteração) – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” e IFRS 12 (alteração) – “Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades” - Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
- IAS 32 (alteração) – “Instrumentos financeiros: apresentação” - Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros.
- IAS 36 (alteração) – “Imparidade” - Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com *goodwill* ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
- IAS 39 (alteração) – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” - Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
- IFRIC 21 – “Pagamentos ao Estado” - Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, decorrentes da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Em 31 de dezembro de 2014, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

- Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (ciclo 2011-2013) - Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 – “Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, IFRS 3 – “Concentração de Atividades Empresariais”, IFRS 13 – “Mensuração ao Justo Valor” e IAS 40 – “Propriedades de Investimento”. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015.

Estas normas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia não foram adotadas pela Sociedade em 31 de dezembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias, ainda não adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” (2009) e emendas posteriores - Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
- IFRS 14 – “Ativos regulados” - Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IAS/IFRS, aplicáveis a ativos regulados.
- IAS 15 – “Rédito de contratos com clientes” – Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
- IFRS 11 (alteração) “Acordos Conjuntos” - Esta emenda vem clarificar a aplicação da IFRS 3 quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
- IAS 16 (alteração) – “Ativos Fixos Tangíveis” e IAS 38 (alteração) – “Ativos Intangíveis” - Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos.
- IAS 19 (alteração) – “Benefícios dos empregados” - Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
- IFRS 10 (alteração) – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” e IAS 28 (alteração) – “Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas” (2011) - Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
- IAS 27 (alteração) – “Demonstrações Financeiras Separadas” (2011) - Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
- IFRS 10 (alteração) – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, IFRS 12 (alteração) – “Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades” e IAS 28 (alteração) – “Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas” (2011) - Estas

emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.

- IAS 1 (alteração) – “Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)” - Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.
- Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (ciclos 2010-2012 e 2012-2014) - Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

### 3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas supra descritas, é necessária a realização de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade correspondem à seleção dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego dos colaboradores e na determinação dos impostos sobre lucros.

As responsabilidades com benefícios pós-emprego dos colaboradores são estimadas utilizando pressupostos atuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efetuadas.

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

### 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos à ordem expressos em euros, domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A., os quais eram remunerados à taxa Euribor a 1 mês deduzida de 0,2% (Nota 21).

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 9)	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço
Títulos de dívida pública:									
. OT 4.45% 06/2018	25.000	94,80%	111,00%	23.700	460	3.590	27.750	606	28.356
	2013								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 9)	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço
Títulos de dívida pública:									
. OT 4,375% 06/2014	50.000	100,32%	101,42%	50.160	(227)	777	50.710	1.187	51.897
. OT 4.45% 06/2018	25.000	94,80%	97,69%	23.700	220	502	24.422	607	25.029
	<u>75.000</u>			<u>73.860</u>	<u>(7)</u>	<u>1.279</u>	<u>75.132</u>	<u>1.794</u>	<u>76.926</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o prémio na aquisição dos títulos reconhecido na demonstração dos resultados ascendeu a um rendimento de 307 euros e 380 euros, respetivamente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a Obrigações do Tesouro aceites pelo Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) como sendo passíveis de serem dadas em penhor no âmbito da atividade de gestão de carteiras. O penhor das obrigações é refletido em rubricas "Extrapatrimoniais". Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros, conforme regras determinadas pelo próprio SII.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2014	2013
Depósitos a prazo	19.400.000	19.600.000
Juros a receber	29.698	25.570
	-----	-----
	<u>19.429.698</u>	<u>19.625.570</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo encontravam-se domiciliados na CGD e venciam juros à taxa anual bruta de 0,82% e 1,74%, respetivamente. Nas mesmas datas, os depósitos a prazo apresentavam vencimento em fevereiro, abril, maio e dezembro de 2015 e abril, maio e junho de 2014, respetivamente (Nota 21).

7. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis e intangíveis foi o seguinte:

	2014							
	Saldos em 31.12.13				Abates			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor líquido
Ativos tangíveis:								
Mobiliário e material	359.729	(328.797)	-	-	-	-	(16.784)	14.148
Equipamento informático	86.381	(28.973)	-	-	-	-	(28.367)	29.041
Máquinas e ferramentas	20.258	(19.880)	-	-	-	-	(201)	177
Equipamento de transmissão	310.945	(275.885)	958	-	(1.617)	1.146	(11.409)	24.138
Equipamento de segurança	1.192	(1.192)	-	-	-	-	-	-
Outros	160	(160)	-	-	-	-	-	-
Ativos tangíveis em locação financeira								
. Equipamento	35.995	(35.962)	-	-	-	-	(33)	-
	<b>814.660</b>	<b>(690.849)</b>	<b>958</b>	<b>-</b>	<b>(1.617)</b>	<b>1.146</b>	<b>(56.794)</b>	<b>67.504</b>
Ativos intangíveis:								
Software	1.939.136	(1.740.689)	220.498	16.068	-	-	(194.528)	240.485
Ativos intangíveis em curso:								
Software	-	-	27.319	(16.068)	-	-	-	11.251
	<b>1.939.136</b>	<b>(1.740.689)</b>	<b>247.817</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(194.528)</b>	<b>251.736</b>
	<b>2.753.796</b>	<b>(2.431.538)</b>	<b>248.775</b>	<b>-</b>	<b>(1.617)</b>	<b>1.146</b>	<b>(251.322)</b>	<b>319.240</b>

	2013								
	Saldos em 31.12.12 (pró-forma)				Abates				
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Regularizações	Amortizações do exercício	Valor líquido
Ativos tangíveis:									
Mobiliário e material	358.883	(310.776)	846	-	-	-	277	(18.298)	30.932
Equipamento informático	69.551	(4.986)	17.931	(1.101)	367	(62)	(24.292)	57.408	
Máquinas e ferramentas	20.258	(19.605)	-	-	-	-	(275)	378	
Equipamento de transmissão	310.945	(264.506)	-	-	-	-	(11.379)	35.060	
Equipamento de segurança	1.192	(1.192)	-	-	-	-	-	-	
Outros	160	(160)	-	-	-	-	-	-	
Ativos tangíveis em locação financeira									
. Equipamento	35.995	(34.590)	-	-	-	(115)	(1.257)	33	
	<b>796.984</b>	<b>(635.815)</b>	<b>18.777</b>	<b>(1.101)</b>	<b>367</b>	<b>100</b>	<b>(55.501)</b>	<b>123.811</b>	
Ativos intangíveis:									
Software	1.920.978	(1.488.442)	18.158	-	-	(2.667)	(249.580)	198.447	
	<b>2.717.962</b>	<b>(2.124.257)</b>	<b>36.935</b>	<b>(1.101)</b>	<b>367</b>	<b>(2.567)</b>	<b>(305.081)</b>	<b>322.258</b>	

As adições de ativos intangíveis ocorridas durante os exercícios de 2014 e 2013 incluem os montantes de, aproximadamente, 205.600 euros e 12.500 euros, respetivamente, associados ao projeto de integração "Charles River", o qual corresponde a uma aplicação informática de Front-office.

Os saldos de imobilizado, relacionados com contratos de locação financeira refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013, eram os seguintes:

	2014	2013
Ativos tangíveis – Equipamento:		
. Valor bruto	35.995	35.995
. Amortizações acumuladas	( 35.995 )	( 35.962 )
	-----	-----
	-	33
	==	==
Outros passivos (Nota 10):		
. Até um ano	5.161	11.070
	=====	=====

8. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários	5.736.775	3.369.970
Comissões de gestão discricionária de carteiras a receber	5.618.180	5.461.547
Restituição de imposto retido	2.635.874	2.732.803
Despesas com encargos diferidos:		
. Seguros	108.453	110.511
. Despesas com informações	47.338	45.162
. Despesas informáticas	38.402	29.579
. Outras	-	1.201
Comissões de aconselhamento:		
. Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões	7.500	7.500
. Outros	3.849	3.849
Excesso de cobertura do Fundo de Pensões (Nota 17)	58.516	38.336
IVA a recuperar	57.809	-
Património artístico	45.049	45.049
CGD – DGR	15.940	9.393
Outros	425.277	90.507
	-----	-----
	14.798.962	11.945.407
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de “Comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários” corresponde às comissões de gestão a receber dos fundos mobiliários relativas aos meses de novembro e dezembro daquele ano (comissões de gestão a receber dos fundos mobiliários do mês de dezembro em 31 de dezembro de 2013). Estas comissões foram recebidas pela Sociedade quase na sua totalidade em janeiro do ano seguinte.

A rubrica “Comissões de gestão discricionária de carteiras a receber” corresponde às comissões debitadas pela Sociedade relativamente à atividade de gestão discricionária de carteiras.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Restituição de imposto retido” corresponde ao montante de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) que foi devolvido pela Sociedade a entidades isentas de retenção, as quais procederam ao resgate de unidades de participação de fundos geridos pela Caixagest. Este montante será regularizado através da compensação que a Sociedade irá efetuar até ao final do mês de abril do ano seguinte, aquando do pagamento por conta dos Fundos do imposto relativo aos rendimentos por estes obtidos fora do território português.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Outros” inclui 81.765 euros e 43.072 euros, respetivamente, relativos à cedência de pessoal a entidades do Grupo CGD. Adicionalmente, inclui 59.045 euros e 45.399 euros, respetivamente, relativos à concessão de empréstimos a colaboradores da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Outros” inclui ainda 280.978 euros relativos à comissão de depósito liquidada à CGD dos meses de setembro, outubro e novembro de 2014 a receber dos fundos de investimento mobiliários geridos. Estes montantes foram regularizados no mês de janeiro de 2015.

## 9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica da demonstração dos resultados “Impostos correntes” tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Estimativa de imposto a pagar	1.153.154	1.062.057
Reclassificação do efeito fiscal dos desvios atuariais	( 11.900 )	( 49.519 )
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento do exercício (Excesso) / insuficiência de estimativa de imposto do exercício anterior	1.141.254 ( 35.298 )	1.012.538 ( 4.006 )
	-----	-----
Total de imposto	1.105.956	1.008.532
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os montantes de 11.900 euros e 49.519 euros, respetivamente, correspondem à reclassificação para a demonstração do outro rendimento integral do efeito fiscal produzido no imposto corrente do exercício resultante da tributação da variação patrimonial associada aos desvios atuariais registados na rubrica de “Outras reservas”.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, pode ser demonstrada como se segue:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		4.250.602		3.503.284
Imposto apurado com base na taxa de imposto normal	24,50%	1.041.397	26,50%	928.370
Derrama estadual	1,88%	79.828	1,82%	63.816
Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	-0,04%	(1.732)	-0,36%	(12.595)
Tributação autónoma	1,15%	49.051	1,06%	37.029
Outros (líquido)	-0,64%	(27.290)	-0,12%	(4.082)
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>26,85%</u>	<u>1.141.254</u>	<u>28,90%</u>	<u>1.012.538</u>

Os passivos por impostos correntes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são como seguem:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivos por impostos correntes:		
· Estimativa de imposto corrente do exercício	1.153.154	1.062.057
· Pagamentos adicionais por conta e pagamentos por conta	( 50.683 )	( 838.824 )
· Outros	-	( 1.796 )
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento a pagar	1.102.471	221.437
	=====	=====



De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos (5 anos para a Segurança Social). Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2011 a 2014 poderão vir a ser revistas. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

O detalhe e o movimento dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	31-12-2012 (pró-forma)		Reforços		Reversões		31-12-2013		Impacto da alteração da taxa de imposto	Reforços		31-12-2014	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto		Base	Imposto	Base	Imposto
Reserva de justo valor positiva / (negativa) (Nota 5)	839	222	440	117	-	-	1.279	339	(26)	2.311	566	3.590	880
Impacto da alteração do reconhecimento dos desvios atuariais (Nota 2.3)	194.513	51.546	-	-	(194.513)	(51.546)	-	-	-	-	-	-	-
	<u>195.352</u>	<u>51.768</u>	<u>440</u>	<u>117</u>	<u>(194.513)</u>	<u>(51.546)</u>	<u>1.279</u>	<u>339</u>	<u>(26)</u>	<u>2.311</u>	<u>566</u>	<u>3.590</u>	<u>880</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o detalhe do efeito fiscal associado aos desvios atuariais registados na demonstração do outro rendimento integral é como segue:

Reversão de impostos diferidos	51.546
Reclassificação do efeito fiscal dos desvios atuariais de imposto corrente	( 49.519 )
Outros	1.796
	-----
	3.823
	=====

## 10. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Encargos com férias e subsídio de férias	591.619	538.041
Outros encargos a pagar:		
. WestLB Asset Management	55.858	49.591
. Dresdner	36.774	48.034
. CDC Gestion – EUA	42.739	36.921
. Bloomberg	17.950	15.725
. Outras	297.714	446.374
Credores diversos:		
. Comissão de depósito a pagar à CGD (Nota 21)	1.208.540	1.057.239
. Comissão de comercialização a pagar à CGD (Nota 21)	174.772	277.111
Fornecedores de ativos tangíveis em locação financeira (Notas 7 e 21)	5.161	11.070
Outros fornecedores:		
. Comissões de comercialização a pagar à CGD (Nota 21)	1.988.826	1.837.941
. Outros serviços a pagar à CGD (Nota 21)	129.678	145.334
. Diversos	128.722	188.329
Outras exigibilidades:		
. Postal Tesouraria - Depósito Escrow	134.206	-
. Segurança social	75.362	71.002
. Retenção de impostos	62.810	60.692
. Contribuições para o Fundo de Pensões	10.500	-
. IVA a pagar	6.471	51.228
. Outras	1.713	33.402
	-----	-----
	<u>4.969.415</u>	<u>4.868.034</u>
	=====	=====

Os montantes a pagar às entidades designadas por “WestLB Asset Management”, “Dresdner” e “CDC Gestion – EUA”, estão relacionados com os serviços de acompanhamento/gestão que estas

entidades prestam à Sociedade, nomeadamente nos fundos de investimento que detêm uma carteira de títulos de empresas de mercados emergentes, asiáticas e norte americanas, respetivamente (Nota 14).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Comissão de depósito a pagar à CGD” corresponde à comissão a pagar à CGD relativamente ao segundo semestre de 2014 e 2013, respetivamente, sendo que aquela entidade atua como banco depositário das carteiras sob gestão discricionária de patrimónios da Sociedade.

Em 8 de outubro de 2014, o “Postal Tesouraria – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário” entrou em processo de liquidação e dissolução, tendo sido definido que o pagamento aos participantes ocorreria até 16 de outubro de 2014. Atendendo à existência de participantes deste Fundo em relação aos quais não foi possível realizar o pagamento do produto da liquidação do Fundo correspondente às suas unidades de participação, dentro do prazo para a conclusão da liquidação do Fundo, foi celebrado em 21 de outubro de 2014 um contrato de depósito *Escrow* entre a Sociedade e a CGD. Na data de celebração do contrato, esta conta foi creditada com o montante de 175.424 euros, sendo que a mesma apenas pode ser movimentada a débito pela CGD e para pagamento individualizado aos participantes do Fundo indicados no Anexo I ao contrato acima referido, mediante solicitação desse pagamento pelo participante e contra a entrega da respetiva declaração de quitação, depois de devidamente preenchida e assinada pelo mesmo.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Outras exigibilidades - Postal Tesouraria - Depósito *Escrow*” respeita ao montante ainda não reclamado pelos participantes daquele Fundo após o término do prazo de conclusão da liquidação do mesmo.

#### 11. CAPITAL SUBSCRITO E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 1.860.000 ações com um valor nominal de cinco euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas integralmente pela Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, S.A..

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para efeitos de distribuição de dividendos nem para aquisição de ações próprias.

#### 12. RESERVA DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reserva de justo valor (Notas 5 e 9)	2.710	940
	-----	----
Reserva legal	9.300.000	9.300.000
Reservas livres	6.763.096	6.763.096
Outras reservas:		
Ganhos atuariais e financeiros	218.334	169.764
Impacto fiscal dos desvios atuariais e financeiros	( 61.419 )	( 49.519 )
Outras	496.710	496.709
	-----	-----
Resultados transitados	16.716.721	16.680.050
Resultado líquido do exercício	( 4.983 )	( 4.983 )
	-----	-----
	19.859.094	19.170.759
	=====	=====

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Dividendos

Nas reuniões de Assembleia Geral de Acionistas realizadas nos dias 28 de maio de 2014 e 10 de maio de 2013, foi deliberada a distribuição de dividendos nos montantes de 2.494.752 euros e 2.594.560 euros, respetivamente.

13. JUROS E RENDIMENTOS/ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de aplicações em instituições de crédito (Nota 21)	335.532	469.693
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	2.113	3.205
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 21)	1.626	743
Outros juros e rendimentos similares	73	311
	-----	-----
	339.344	473.952
	=====	=====
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de ativos tangíveis em regime de locação financeira (Nota 21)	76	42
	==	==

14. RENDIMENTOS/ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas têm a seguinte composição:

Rendimentos

	2014	2013
<u>Comissão de gestão</u>		
Caixagest Liquidez	3.061.300	1.451.122
Caixa Fundo Monetário	2.222.967	1.932.265
Caixagest Ações EUA	1.574.221	1.379.519
Caixagest Obrigações (anteriormente denominado Caixagest Obrigações Mais Mensal)	1.046.328	1.046.337
Caixagest Activos Curto Prazo	901.646	1.209.372
Caixagest Ações Europa	818.423	592.239
Caixagest Ações Portugal	783.586	583.678
Caixagest Ações Líderes Globais	689.570	62.641
Caixagest Estratégia Equilibrada	651.667	240.516
Caixagest Seleção Global (anteriormente denominado Caixagest Estratégia Dinâmica)	598.959	199.444
Caixagest Imobiliário Internacional	585.837	662.580
Caixagest Ações Emergentes	532.726	548.419
Caixagest Private Equity	371.404	352.452
Caixagest Ações Oriente	347.785	407.174
Caixagest Oportunidades	311.552	218.757
Caixagest Infraestruturas	284.667	264.675
Caixagest Obrigações Longo Prazo	274.515	205.244
Caixagest Ações Japão	265.774	285.695
Caixagest Estratégias Alternativas	235.752	297.843
Caixagest Energias Renováveis	220.337	264.504
Caixagest Matérias Primas	184.536	161.330
Caixagest Obrigações Mais	170.196	125.692
Caixagest Rendimento Fixo 2015	150.411	150.000
Caixagest PPA	109.881	133.800
Caixagest Estratégia Arrojada	88.974	69.095
Caixagest Valor Bric 2015	57.044	57.540
Caixagest Super Memory (*)	47.343	61.920
Caixagest Índices Mundiais	35.700	35.483
Caixagest Rendimento Corporate 2014 II (*)	30.001	44.753
Postal Ações	24.290	27.216
Caixagest Rendimento Corporate 2014 (*)	18.739	22.562
Postal Capitalização	12.846	13.358
Caixagest Mix Emergentes	12.247	12.399
Caixagest Global Markets (*)	5.040	101.444
Postal Tesouraria (*)	2.347	3.624
Caixagest Premium Plus (**)	432	24.876
Caixa Fundo Rendimento Fixo V (**)	-	159.274
Caixa Fundo Rendimento Fixo VI (**)	-	267.006
Caixa Fundo Rendimento Fixo IV (**)	-	96.685
Caixa Fundo Rendimento Fixo II (**)	-	34.976
Caixa Fundo Rendimento Fixo III (**)	-	31.084
Caixa Fundo Rendimento Fixo I (**)	-	26.313
Caixagest Super Premium II (**)	-	15.230
Caixagest Super Premium (**)	-	6.353
Caixagest Maximizer Plus (**)	-	(52.492)
	<u>16.729.043</u>	<u>13.833.997</u>
<u>Comissão de performance</u>		
Caixagest Infraestruturas	650.668	106.177
Caixagest Liquidez	638.629	483.708
Caixa Fundo Monetário	589.054	644.089
Caixagest Oportunidades	539.905	-
Caixagest Imobiliário Internacional	37.382	-
Caixagest Obrigações Mais	18.481	182.447
Caixagest Activos Curto Prazo	-	238.219
	<u>2.474.119</u>	<u>1.654.640</u>
Comissão de gestão discricionária	7.303.144	7.257.845
Comissões de performance	186.651	328.750
Comissão de aconselhamento discricionário de carteiras	130.697	205.532
	<u>7.620.492</u>	<u>7.792.127</u>
	<u>26.823.654</u>	<u>23.280.764</u>

(\*) Fundo liquidado durante o exercício de 2014.

(\*\*) Fundo liquidado durante o exercício de 2013.

Gastos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Comissão de comercialização:		
. Caixa Geral de Depósitos	11.618.812	9.475.199
. CTT - Correios de Portugal	16.379	18.569
. Outros	5.902	5.323
	<u>11.641.093</u>	<u>9.499.091</u>
Comissões por operações realizadas por terceiros	2.392.510	2.122.846
Comissões de acompanhamento/gestão (Nota 10)	603.091	602.511
Taxa de supervisão:		
. Carteiras de patrimónios sob gestão	240.000	240.000
. Outros	102.993	236.623
Outras	14.886	3.124
	<u>3.353.480</u>	<u>3.205.104</u>
	<u>14.994.573</u>	<u>12.704.195</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2011 e 2010, a Sociedade não procedeu ao registo da comissão de gestão de performance a receber do Fundo Caixagest – Private Equity nos montantes de, aproximadamente, 849.000 euros, 781.000 euros e 752.000 euros, respetivamente. De acordo com deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, aquela comissão de performance só será exigida quando o valor da unidade de participação do Fundo atingir um nível de rentabilidade positivo (valor da unidade de participação superior a 5 euros). Nos exercícios de 2013 e 2012, aquele Fundo não atingiu os requisitos de rentabilidade para apuramento de comissão de gestão de performance.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Comissões por operações realizadas por terceiros” corresponde, essencialmente, à comissão cobrada pela CGD como banco depositário das carteiras de patrimónios sob gestão da Sociedade.

Durante o exercício de 2014, na sequência de um evento de risco operacional ocorrido nas carteiras de gestão discricionária do Grupo Fidelidade, a Caixagest procedeu à emissão de uma nota de crédito pelos serviços faturados relativos ao 3º trimestre de 2014, bem como não procedeu à emissão de fatura pelos serviços prestados no 4º trimestre de 2014, nos montantes de 426.729 euros e 590.335 euros, respetivamente. Adicionalmente, procedeu, a título de indemnização, ao pagamento de 145.072 euros às entidades do Grupo Fidelidade, o qual foi registado na rubrica “Multas e outras penalidades legais” (Nota 15).

15. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição (débitos/(créditos)):

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Rendas de locação operacional:		
. Equipamento de transporte	161.461	175.212
. Equipamento informático	15.777	19.759
Multas e outras penalidades legais (Nota 14)	145.523	41
Quotizações e donativos	84.756	60.055
Contribuição para o Sistema de Indemnização aos Investidores	1.250	2.500
Outros	1.317	( 91.679 )
	-----	-----
	410.084	165.888
	=====	=====

16. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e vencimentos:		
· Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 21)	642.885	486.791
· Remunerações dos empregados	2.701.885	2.928.088
	-----	-----
	3.344.770	3.414.879
Encargos sociais obrigatórios	747.795	753.766
Encargos sociais facultativos	129.832	101.480
Custos com pensões de reforma e sobrevivência (Nota 17):		
· Plano de contribuição definida	79.213	64.268
· Plano de benefícios definidos	28.390	20.215
Cedências de pessoal	( 367.700 )	( 270.470 )
Outros custos com o pessoal	3.829	3.741
	-----	-----
	3.966.129	4.087.879
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade era de 57. Este número não inclui os colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica “Gastos gerais administrativos” (Nota 18).

17. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Conforme indicado em maior detalhe na Nota 2.2.e), a Caixagest assumiu o compromisso de atribuir complementos de pensões de reforma e sobrevivência aos seus colaboradores provenientes da ex-Investil.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi efetuado um estudo atuarial pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., considerando os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Pressupostos financeiros:</u>		
Taxa de crescimento das pensões	1%	1%
Taxa de crescimento salarial futura	1%	2% <sup>(1)</sup>
Indexante de Apoios Sociais – Decreto-Lei nº 187/07	419,22	419,22
Taxa de desconto	2,5%	4%
Taxa de revalorização dos salários para a Segurança Social		
· Decreto-Lei nº 35/02	2%	2%
· Decreto-Lei nº 329/93	2%	2%

<sup>(1)</sup> Não foi considerado crescimento salarial em 2014.

Pressupostos demográficos:

Tábua de mortalidade:		
· Homens	TV 73/77	TV 73/77
· Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Idade de reforma antecipada	55	55
Idade de reforma	66 <sup>(2)</sup>	65
Método atuarial	Projected Unit Credit	

<sup>(2)</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro.

Caracterização da população:Ativos

Nº de participantes com reforma aos 65 anos	2	2
Nº de participantes com reforma aos 55 anos (Decreto-Lei nº 9/99)	8	8
Idade média (anos)	50	49
Antiguidade média (anos)	22	21
Salário médio anual (euros)	42.929	42.999
Folha anual de salários (euros)	429.288	429.991

Beneficiários/reformados

Número de pessoas	1	1
Idade média (anos)	64	63
Pensão média anual (euros)	960	960
Pensões totais anuais (euros)	12.479	12.479

Adicionalmente, foram ainda considerados os seguintes pressupostos:

- (i) Apesar do congelamento das reformas antecipadas, em vigor à data do estudo, consideraram-se as regras de flexibilização da idade de reforma conforme o Decreto-Lei nº 187/2007;
- (ii) No cálculo da pensão da Segurança Social, tomou-se como crescimento salarial para a carreira contributiva passada o Índice de Preços do Consumidor sem habitação, acrescido de meio ponto percentual, por não se encontrar disponível informação sobre os salários referentes a esse período;
- (iii) Para efeito da revalorização de salários futuros, utilizados no cálculo das remunerações de referência, estimou-se o Índice de Preços do Consumidor sem habitação em 1%;
- (iv) Assumiu-se que 20% dos participantes com direito à reforma antecipada reformar-se-ão aos 55 anos e os restantes 80% à idade normal de reforma;
- (v) Para o cálculo das pensões de sobrevivência diferida, foi assumido que 80% dos participantes são casados, sendo os cônjuges três anos mais novos; e
- (vi) Foi estabelecido que a pensão de orfandade seria atribuída aos filhos até aos 24 anos de idade, se o trabalhador estiver na situação de reforma por velhice à data do falecimento.

As responsabilidades por pensões de reforma em 31 de dezembro de 2014 e 2013, calculadas de acordo com os pressupostos acima indicados, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Responsabilidades por serviços passados do pessoal:		
· Saldos iniciais	875.776	770.424
· Custo do serviço corrente	29.924	25.361
· Custo do juro	34.781	34.410
· Pagamento de pensões de reforma	( 12.479 )	( 11.518 )
· (Ganhos) / Perdas atuariais por desvios entre os pressupostos e os valores efetivamente verificados	11.863	( 16.402 )
· (Ganhos) / Perdas atuariais por alteração de pressupostos	153.808	73.501
· (Ganhos) / Perdas atuariais por alteração da idade normal de reforma	( 202.871 )	-
	-----	-----
Saldos finais	890.802	875.776
	=====	=====
Valor patrimonial das unidades de participação afetas ao Plano de Pensões "Caixa Reforma Ativa":		
· Saldos iniciais	914.112	860.502
· Rendimento dos ativos do Fundo	36.315	39.557
· Pagamento de pensões de reforma	( 12.479 )	( 11.518 )
· Ganhos financeiros	11.370	25.571
	-----	-----
Saldos finais	949.318	914.112
	-----	-----
Excesso de cobertura do Fundo de Pensões (Nota 8)	58.516	38.336
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as perdas atuariais por alteração de pressupostos são essencialmente justificadas pela revisão em baixa da taxa de desconto.

A publicação do Decreto-Lei nº 167-E/2013, em 31 de dezembro de 2013, introduziu alterações no cálculo da pensão do regime geral da Segurança Social, a partir de 1 de janeiro de 2014, nomeadamente no que diz respeito à aplicação do fator de sustentabilidade e à alteração da forma de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice. O impacto das alterações introduzidas pelo referido Decreto-Lei no valor atual das responsabilidades por serviços passados, com referência a 31 de dezembro de 2014, traduziu-se numa redução de responsabilidades de 202.871 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a média esperada de anos de trabalho dos colaboradores no ativo até à idade de reforma ascendia, a 15 anos e 16 anos, respetivamente.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais e financeiros nos exercícios de 2013 e 2014 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2012 (pró-forma) (Nota 12)	201.292
	-----
Perdas atuariais de 2013	( 57.099 )
Ganhos financeiros de 2013	25.571
	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 12)	169.764
	-----
Ganhos atuariais de 2014	37.200
Ganhos financeiros de 2014	11.370
	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Nota 12)	218.334
	=====

Nos últimos cinco exercícios, as responsabilidades por serviços passados da Sociedade de acordo com os estudos atuariais efetuados e os respetivos ativos alocados à sua cobertura, apresentavam o seguinte detalhe:

	2014	2013	2012 (pró-forma)	2011	2010
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
Ativos	780.363	685.308	583.916	590.942	567.899
Reformados	110.439	190.468	186.508	177.697	191.256
	<u>890.802</u>	<u>875.776</u>	<u>770.424</u>	<u>768.639</u>	<u>759.155</u>
Cobertura das responsabilidades:					
Valor patrimonial do Fundo	<u>949.318</u>	<u>914.112</u>	<u>860.502</u>	<u>742.206</u>	<u>763.986</u>
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo de pensões	58.516	38.336	90.078	(26.433)	4.831
Nível de financiamento	106,57%	104,38%	111,69%	96,56%	100,64%

Os custos com pensões relativos ao plano de benefícios definidos supra descrito, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, podem ser detalhados como se segue (Nota 16):

	2014	2013
Custo do serviço corrente	29.924	25.361
Proveito / custo líquido de juros com o plano de pensões	( 1.534 )	( 5.146 )
	-----	-----
	28.390	20.215
	=====	=====



A política de investimentos do Fundo de Pensões regula-se por regras de rentabilidade, liquidez, segurança, diversificação e dispersão dos investimentos. Aquela política, encontrando-se balizada pelas normas regulamentares aplicáveis emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, segue um modelo de gestão por *benchmarks*, onde se define mínimos e máximos de exposição a cada classe de ativos e índices de referência de cada classe face aos quais é medida a performance. O modelo de gestão do Fundo não é especificamente orientado para a minimização do *mismatch* entre os ativos e passivos, pela dificuldade em estabelecer uma estratégia de imunização eficaz dada a elevada maturidade residual das responsabilidades.

A política de investimentos do Fundo de Pensões prevê os seguintes *benchmarks* centrais e limites de investimento por classe de ativos:

Classe de activos	Benchmark central (%)	Intervalos permitidos (%)
Obrigações	70	50-90
Taxa fixa	20	0-40
Taxa variável	50	30-70
Acções	10	0-35
Imobiliário	15	0-25
Investimento directo	5	0-25
Investimento indirecto	10	0-25
Investimentos alternativos	-	0-10
Liquidez	5	0-25

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição da carteira afeta ao Fundo de Pensões da Sociedade era a seguinte:

	2014	2013
Ações	27.514	40.548
Unidades de participação em fundos de investimento		
Mobiliários	297.496	129.495
Imobiliários	591	989
Obrigações de dívida pública		
AA – a AAA	39.388	42.078
BBB – a BBB +	73.179	57.390
BB – a BB +	5.846	6.198
Obrigações diversas		
AA – a AAA	7.110	24.126
A – a A +	51.310	59.497
BBB – a BBB +	121.318	181.415
BB – a BB +	2.879	7.819
B – a B +	-	11.821
CCC- a CCC+	40.486	68.128
Sem <i>Rating</i>	98	260
Carteira de títulos	667.214	629.764
Terrenos e edifícios	80.662	145.382
Liquidez	204.196	141.828
Outros	(2.754)	(2.863)
Valor do Fundo	949.318	914.112

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor para a parte do Fundo de Pensões Caixa Reforma Activa afeta à Sociedade pode ser resumida como se segue (não inclui juros corridos):

	2014			Total
	Nível 1	Técnicas de valorização		
		Nível 2	Nível 3	
	Cotações de mercado	Inputs observáveis de mercado	Outras técnicas de valorização	
Instrumentos de capital e unidades de participação	325.010	-	591	325.601
Títulos de dívida pública	118.414	-	-	118.414
Outros títulos de dívida	147.666	35.081	40.453	223.199
	<u>591.090</u>	<u>35.081</u>	<u>41.044</u>	<u>667.214</u>

	2013			Total
	Nível 1	Técnicas de valorização		
		Nível 2	Nível 3	
	Cotações de mercado	Inputs observáveis de mercado	Outras técnicas de valorização	
Instrumentos de capital e unidades de participação	170.043	-	989	171.032
Títulos de dívida pública	105.665	-	-	105.665
Outros títulos de dívida	175.503	110.716	66.848	353.067
	<u>451.211</u>	<u>110.716</u>	<u>67.838</u>	<u>629.764</u>

Na preparação dos quadros acima foram utilizados os seguintes critérios:

- Nível 1 - Cotações de mercado: nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos e transações, incluindo o contribuidor "CBBT" da *Bloomberg*;
- Nível 2 - Técnicas de valorização: *Inputs* observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em "*bids*" indicativos fornecidos por contrapartes externas disponíveis na *Bloomberg*;
- Nível 3 - Outras técnicas de valorização: esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos de avaliação elaborados pela *InterMoney Valores S.V. S.A.* Sucursal em Portugal, ou preços fornecidos por entidades estruturadoras dos produtos.

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem a Sociedade aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito. Se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades. Atualmente, o Fundo de Pensões tem um investimento equilibrado em instrumentos de dívida, instrumentos de capital e fundos de investimento mobiliário. Considerando a natureza de longo prazo das responsabilidades, a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões considera apropriado que uma parte significativa dos ativos seja investida em instrumentos de dívida para aumentar a rentabilidade esperada gerada pelo Fundo.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações (taxa de desconto) irá aumentar as responsabilidades com pensões. Contudo, será parcialmente compensada com um aumento na rentabilidade do Fundo de Pensões.

- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada àquelas datas conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados da Sociedade:

	2014			
	Cenário em vigor	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa de desconto	2,50%	2,50%	2,00%	3,00%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento de pensões	1,00%	0,50%	1,00%	1,00%
Estimativa de responsabilidade por serviços passados	890.802	834.316	978.904	813.426
Impacto		(56.486)	88.102	(77.376)

	2013			
	Cenário em vigor	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa de desconto	4,00%	4,00%	3,50%	4,50%
Taxa de crescimento salarial (*)	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento de pensões	1,00%	0,50%	1,00%	1,00%
Estimativa de responsabilidade por serviços passados	875.776	833.388	968.069	802.275
Impacto		(42.388)	92.293	(73.501)

(\*) Não foi considerado crescimento salarial para 2014.

Adicionalmente, em 2002 a Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objetivo garantir o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores/participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata à data da reforma e com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade (excluindo os provenientes da ex – Investil) que se encontravam em funções à data de celebração do contrato e os ex-colaboradores que tenham completado, em data posterior, um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respetiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da Segurança Social por velhice.

A remuneração definitiva para o apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescido dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões encontra-se a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição trimestral a favor de cada participante é calculada da seguinte forma: 2% \* remuneração mensal \* 3.

A Sociedade poderá ainda, sempre que o entender, efetuar contribuições extraordinárias.

A Sociedade reconheceu como gastos nos exercícios de 2014 e 2013 contribuições de 79.213 euros e 64.268 euros, respetivamente (Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as contribuições foram investidas em unidades de participação do Fundo Caixa Reforma Valor, do Fundo Caixa Reforma Ativa e do Fundo Caixa Reforma Prudente, com o seguinte detalhe:

	Número de		Valor de mercado	
	<u>unidades de participação</u>			
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundo Caixa Reforma Valor	68.029	64.410	394.677	359.148
Fundo Caixa Reforma Ativa	24.116	22.909	311.776	284.098
Fundo Caixa Reforma Prudente	9.813	9.458	57.715	54.596
	-----	-----	-----	-----
	<u>101.958</u>	<u>96.777</u>	<u>764.168</u>	<u>697.842</u>
	=====	=====	=====	=====

#### 18. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecimentos de terceiros	28.601	27.212
Serviços de terceiros:		
· Pessoal cedido	1.006.530	707.378
· Rendas e alugueres	292.975	290.048
· Publicidade	105.646	173.271
· Comunicação e despesas de expedição	61.839	64.036
· Deslocações e estadas	50.767	44.878
· Conservação e reparação de equipamento	3.506	6.861
· Formação de pessoal	41.732	4.556
· Serviços especializados:		
- Informações	664.804	697.530
- Informática	678.221	679.979
- Outros	262.753	203.339
· Outros serviços de terceiros	802	156
Comparticipação nos custos do edifício	92.344	89.483
	-----	-----
	<u>3.290.520</u>	<u>2.988.727</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Pessoal cedido" corresponde aos custos suportados com a cedência de pessoal por parte de outras empresas do Grupo CGD. O aumento ocorrido no exercício de 2014 nesta rubrica está relacionado com o aumento do número de colaboradores cedidos.

19. ATIVOS GERIDOS

Os Fundos geridos e administrados pela Sociedade consistem em fundos abertos de investimento mobiliário constituídos por prazo indeterminado e por fundos especiais de investimento, uns constituídos por prazo fixo e outros por prazo indeterminado. Os Fundos foram autorizados pelas respetivas Portarias do Ministro das Finanças e por deliberações do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Adicionalmente, conforme referido na Nota Introdutória, a Sociedade administra carteiras pertencentes a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais dados financeiros relativos aos fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade podem ser resumidos como se segue:

	2014		2013	
	Total do ativo líquido	Capital do Fundo	Número de unidades de participação	Capital do Fundo
<b>Fundos Abertos:</b>				
<i>a) Liquidez e Aforro</i>				
Caixagest Liquidez	1.199.352.463	1.197.678.327	225.506.403	778.633.048
Caixagest Obrigações (anteriormente denominado Caixagest Obrigações Mais Mensal)	200.769.064	198.600.202	45.745.851	250.815.576
Caixagest Ativos Curto Prazo	100.316.917	99.822.913	9.276.197	237.976.451
<i>b) Otimização</i>				
Caixagest Estratégia Equilibrada	134.043.966	132.547.641	21.128.609	78.661.911
Caixagest Seleção Global (anteriormente denominado Caixagest Estratégia Dinâmica)	128.386.671	126.281.867	18.713.308	66.922.739
Caixagest Estratégia Arrojada	9.559.748	9.439.991	1.903.250	9.882.517
<i>c) Capitalização</i>				
Caixagest Obrigações Longo Prazo	38.323.281	35.032.435	3.035.428	18.322.908
Caixagest Obrigações Mais	21.134.543	20.856.601	3.583.344	22.123.822
<i>d) Valor Acrescentado</i>				
Caixagest Ações EUA	86.858.355	81.079.236	14.880.526	65.973.266
Caixagest Ações Líderes Globais	65.526.005	62.612.893	10.836.633	28.074.652
Caixagest Ações Europa	40.714.843	39.171.099	4.671.358	27.736.810
Caixagest Ações Portugal	35.716.274	35.448.315	3.549.931	33.440.291
Caixagest Ações Emergentes	27.997.156	27.650.610	3.496.018	22.726.456
Caixagest Ações Oriente	18.762.432	18.003.487	2.500.964	19.496.196
Caixagest Ações Japão	14.263.448	12.582.927	5.287.356	15.922.480
Caixagest PPA	3.326.595	2.964.250	301.816	5.774.363
<i>e) Especial de Investimento</i>				
Caixagest Fundo Monetário	741.394.311	739.580.929	132.962.621	721.079.498
Caixagest Imobiliário Internacional	256.064.002	255.796.180	75.726.512	250.012.807
Caixagest Private Equity	129.749.117	123.388.999	24.671.693	114.736.671
Caixagest Rendimento Nacional	95.923.925	95.763.925	20.000.000	87.399.098
Caixagest Infraestruturas	94.401.887	91.313.712	18.518.724	83.778.132
Caixa Rendimento Fixo 2015	77.242.520	77.047.379	15.000.000	78.239.632
Caixagest Oportunidades	63.586.374	58.576.579	9.964.871	17.617.408
Caixagest Rendimento Oriente	28.771.943	28.711.943	6.000.000	25.917.329
Caixagest Valor BRIC 2015	21.883.061	21.593.123	4.200.000	21.410.601
Caixagest Estratégias Alternativas	16.785.121	16.575.558	4.243.641	17.365.644
Caixagest Índices Mundiais	14.843.234	14.830.510	3.000.000	14.187.725
Caixagest Energias Renováveis	15.232.662	14.774.668	2.753.293	17.025.432
Caixagest Matérias Primas	11.928.483	11.912.922	3.356.246	15.634.396
Caixagest Mix Emergentes	10.486.600	10.345.086	2.000.000	10.216.397
Caixagest Global Markets (*)	-	-	-	60.119.045
Caixagest Super Memory (*)	-	-	-	20.487.617
Caixagest Rendimento Corporate 2014 II (*)	-	-	-	5.413.244
Caixagest Rendimento Corporate 2014 (*)	-	-	-	2.865.427
<i>f) Fundos Postal</i>				
Postal Capitalização	1.598.870	1.585.624	112.769	1.631.393
Postal Ações	1.309.997	1.247.272	123.763	1.381.503
Postal Tesouraria (*)	-	-	-	413.896
	<b>3.706.253.868</b>	<b>3.662.817.203</b>	<b>697.051.125</b>	<b>3.249.416.379</b>

(\*) Fundo liquidado durante o exercício de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Sociedade prestava serviços de administração e gestão de carteiras a 155 e a 93 clientes, respetivamente, sendo o total de ativos geridos detalhados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gestão de carteira da Fidelidade	12.382.878.162	11.644.247.477
Fundo especial da Portugal Telecom	2.852.825.224	2.405.522.988
Fundo especial da CGD	2.284.272.179	1.981.468.095
Fundo de Pensões CGD	2.136.365.184	1.712.206.016
Fundo especial da Marconi	459.882.452	391.421.600
Fundo de Pensões Caixa Reforma Prudente	316.788.384	92.913.332
Fundo de reserva NAV	213.626.457	189.444.215
Fundo de reserva BPN	150.925.984	123.473.186
Fundo de reserva Pensões Gere	131.438.949	118.709.051
Fundo de reserva ANA	127.943.580	118.192.073
Fundo de reserva INCM	113.713.696	103.405.143
Fundo de reserva CGA	84.993.118	84.632.533
Fundo de Pensões Caixa Reforma Activa	81.814.081	45.679.898
Fundo de Pensões da Império Bonança	70.940.879	70.660.688
Gestão de carteira da Via Directa	59.332.669	62.206.425
Fundo de Pensões Fidelidade	56.402.838	55.573.443
Fundo de reserva IFAP	55.648.508	46.911.745
Gestão de carteira da Cares	48.002.600	56.076.255
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	42.442.707	45.932.047
Outros clientes	326.219.996	240.693.932
	<u><u>21.996.457.647</u></u>	<u><u>19.589.370.142</u></u>

## 20. SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES (SII)

A Sociedade detém na rubrica "Ativos financeiros disponíveis para venda" Obrigações do Tesouro aceites pelo SII passíveis de serem dadas em penhor no âmbito dos ativos sob gestão. Conforme referido na Nota 2. k), este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros (Nota 19), conforme regras determinadas pelo próprio SII.

## 21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais saldos do balanço e os resultados gerados pela Sociedade em transações efetuadas com entidades do Grupo CGD foram os seguintes:

	2014						Total
	CGD			Outras entidades		Grupo CGD	
	CGD	Pensões	Fidelidade	Caixa LF	Fundger		
<b>Ativo:</b>							
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	850.625	-	-	-	-	-	850.625
Aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	19.429.698	-	-	-	-	-	19.429.698
Outros ativos (Nota 8)	49.373	119.371	178.438	-	28.180	6.428	381.790
	<u>20.329.696</u>	<u>119.371</u>	<u>178.438</u>	<u>-</u>	<u>28.180</u>	<u>6.428</u>	<u>20.662.113</u>
<b>Passivo :</b>							
Outros passivos (Nota 10)	(3.501.816)	(15.079)	-	(5.161)	(42.614)	(3.148)	(3.567.818)
	<u>(3.501.816)</u>	<u>(15.079)</u>	<u>-</u>	<u>(5.161)</u>	<u>(42.614)</u>	<u>(3.148)</u>	<u>(3.567.818)</u>
<b>Gastos e perdas:</b>							
Juros e encargos similares (Nota 13)	-	-	-	76	-	-	76
Comissões (Nota 14)	14.010.653	-	-	-	-	-	14.010.653
Outros resultados de exploração (Nota 15)	5.770	-	-	-	-	145.072	150.842
Gastos gerais administrativos (Nota 18)	1.185.466	97.995	109.339	-	305.570	30.917	1.729.287
<b>Rendimentos e ganhos:</b>							
Juros e rendimentos similares (Nota 13)	(337.158)	-	-	-	-	-	(337.158)
Comissões (Nota 14)	-	(428.108)	(1.293.096)	-	-	(5.304)	(1.726.508)
	<u>14.864.731</u>	<u>(330.113)</u>	<u>(1.183.757)</u>	<u>76</u>	<u>305.570</u>	<u>170.685</u>	<u>13.827.192</u>

	2013						Total
	CGD			Outras entidades		Grupo CGD	
	CGD	Pensões	Fidelidade	Caixa LF	Fundger		
<b>Ativo:</b>							
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	1.785.380	-	-	-	-	-	1.785.380
Aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	19.625.570	-	-	-	-	-	19.625.570
Outros ativos (Nota 8)	23.771	188.010	631.812	-	26.782	9.746	880.121
	<u>21.434.721</u>	<u>188.010</u>	<u>631.812</u>	<u>-</u>	<u>26.782</u>	<u>9.746</u>	<u>22.291.071</u>
<b>Passivo :</b>							
Outros passivos (Nota 10)	(3.317.625)	(12.785)	-	(11.070)	(33.628)	-	(3.375.108)
	<u>(3.317.625)</u>	<u>(12.785)</u>	<u>-</u>	<u>(11.070)</u>	<u>(33.628)</u>	<u>-</u>	<u>(3.375.108)</u>
<b>Gastos e perdas:</b>							
Juros e encargos similares (Nota 13)	-	-	-	42	-	-	42
Comissões (Nota 14)	11.586.910	-	-	-	-	-	11.586.910
Outros resultados de exploração (Nota 15)	2.292	-	-	-	-	-	2.292
Gastos gerais administrativos (Nota 18)	983.984	58.992	109.339	-	182.147	8.850	1.343.312
<b>Rendimentos e ganhos:</b>							
Juros e rendimentos similares (Nota 13)	(470.436)	-	-	-	-	-	(470.436)
Comissões (Nota 14)	-	(380.576)	(2.311.541)	-	-	(20.903)	(2.713.020)
	<u>12.102.750</u>	<u>(321.584)</u>	<u>(2.202.202)</u>	<u>42</u>	<u>182.147</u>	<u>(12.053)</u>	<u>9.749.100</u>

### Órgãos de gestão

As remunerações atribuídas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 aos órgãos de gestão ascenderam a 642.885 euros e 486.791 euros, respetivamente (Nota 16).

## 22. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Todos os proveitos gerados pela atividade da Sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.

## 23. CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as demonstrações financeiras da Sociedade foram incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S.A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa.

## 24. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROS

### Justo valor

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Conselho de Administração da Sociedade entende que o justo valor dos instrumentos financeiros ativos e passivos registados ao custo amortizado não difere significativamente do seu valor contabilístico. Por outro lado, as Obrigações do Tesouro registadas na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” encontram-se valorizadas ao justo valor apurado com base na cotação divulgada na *Reuters* e/ou *Bloomberg*.

### Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de crédito. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a disponibilidades e aplicações junto da CGD, Obrigações do Tesouro, bem como a comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários e das carteiras por si geridas.

### Risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em aplicações financeiras domiciliadas na CGD e em Obrigações do Tesouro. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Sociedade não tinha contraído financiamentos.

## 25. CONTINGÊNCIAS

A Sociedade foi alvo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de um processo de natureza legal, relativo à prática de infrações ao Código dos Valores Mobiliários, cuja decisão foi tomada durante o mês de março de 2013. No âmbito da decisão tomada pela CMVM, a Sociedade foi condenada a uma coima de 150.000 euros, dos quais 75.000 euros ficaram suspensos parcialmente de execução durante um prazo de 2 anos. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade procedeu à impugnação judicial daquela decisão, pelo que a suspensão parcial de execução da coima acima referida extinguiu-se. Em 7 de fevereiro de 2014, foi apreciada a impugnação apresentada pela Caixagest, tendo a CMVM indeferido o pedido da mesma. No seguimento da deliberação tomada pela CMVM, a Sociedade procedeu ao pagamento de 75.816 euros e decidiu não recorrer daquela decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa.

## 26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários totais incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 com a Deloitte & Associados, SROC, S.A., detalham-se como se segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
. Auditoria às demonstrações financeiras anuais	20.200	20.200
. Outros serviços de garantia de fiabilidade	20.000	20.000
	-----	-----
	40.200	40.200
	=====	=====



## 2. RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

### 2.1. AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

A Caixagest, adiante designada por Sociedade, cumpre todas as recomendações sobre o bom governo apresentadas no Decreto-Lei 133/2013, conforme se descreve na presente grelha de avaliação.

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento <sup>(1)</sup>	Referências no Relatório
<b>Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação</b>	<b>Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objetivos e políticas</b> , para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade;	Cumprido	2.2
	<b>Elaborar planos de atividade e orçamentos</b> adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objetivos fixados;	Cumprido	2.2
	<b>Definir estratégias de sustentabilidade</b> nos domínios económico, social e ambiental;	Cumprido Parcialmente	2.9
	<b>Adoção de planos de igualdade</b> , de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando a discriminação em razão de sexo e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido	2.3
	<b>Reporte de informação anual</b> à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade (via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo);	Cumprido	2.8
	<b>Cumprimento de legislação e regulamentação</b> , adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido	2.3
	<b>Obrigação de tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores</b> e contribuir para a sua valorização pessoal;	Cumprido	2.3

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento <sup>(1)</sup>	Referências no Relatório
<b>Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação</b>	<b>Obrigação de tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos</b> , estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1 milhão de euros);	Cumprido	2.3
	<b>Conduzir com integridade todos os negócios da empresa</b> , não podendo praticar despesas confidenciais ou não documentadas	Cumprido	2.3
	<b>Ter ou aderir a um código de ética</b> (que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido	2.3
<b>Estruturas de Administração e Fiscalização</b>	<b>Nº de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis</b> , de dimensão semelhante e do mesmo sector; <b>O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização</b> (empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão criando comissão de auditoria ou comissão para matérias financeiras);	Não aplicável  Cumprido	  2.5
	<b>Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos</b> e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efetuado pelos membros do órgão de fiscalização;	Não aplicável	
	<b>Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes</b> com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do Órgão de fiscalização ser os responsáveis pela seleção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Não aplicável	
	<b>Implementação do sistema de controlo</b> , que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido	2.7

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento <sup>(1)</sup>	Referências no Relatório
	<b>Promover a rotação e limitação dos mandatos</b> dos membros dos órgãos de fiscalização	Cumprido	2.5
<b>Remuneração e Outros Direitos</b>	<b>Divulgação anual das remunerações totais</b> (fixas e variáveis) auferidas <b>por cada membro do órgão de administração</b> ; Divulgação anual das remunerações auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido	2.6
<b>Remuneração e Outros Direitos</b>	<b>Divulgação anual dos demais benefícios e regalias</b> (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido	2.6
<b>Prevenção de conflitos de interesses</b>	<b>Obrigação dos membros dos órgãos sociais</b> de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse; <b>Obrigação dos membros dos órgãos sociais</b> de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido	2.5
	<b>Obrigação dos membros dos órgãos sociais</b> de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido	2.5
<b>Divulgação de informação relevante</b>	<b>Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações</b> de que tenham conhecimento, suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa;	Cumprido	2.8
	<b>Disponibilizar para divulgação no sítio das empresas do Estado</b> , de forma clara, relevante e atualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e atual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais;	Cumprido	2.8
	<b>Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade</b> (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos PBG);	Cumprido	2.3
	<b>Nomeação do provedor do cliente</b> , quando se justificar;	Cumprido	2.10

(1) Grau de cumprimento – cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

## 2.2. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO

### Orientações de Gestão

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da captação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos, assegurando o controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno.
- Investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e captação e desenvolvimento de talentos em recursos humanos em todas as áreas.

### Missão, Objetivos e Políticas

A missão da Sociedade é ser reconhecida pelos clientes (internos e externos), como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços e produtos financeiros. Tendo por base esta missão, o objetivo é a concretização das aspirações financeiras dos clientes, proporcionando-lhes *performance* de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo. Para tal a Sociedade tenta captar as melhores pessoas no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores os meios e ferramentas que permitam a excelência nas suas funções. A Sociedade e os seus colaboradores desenvolvem a sua atividade e funções no respeito por elevados princípios éticos e deontológicos, orientando a sua prática pelos valores definidos no Código de Conduta, documento que consagra os princípios de atuação e as normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob orientações advogadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD).

A estratégia só terá sucesso se as atividades da empresa forem desenvolvidas em estreita cooperação com a CGD, que acumula papéis de acionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos da Sociedade.

Os objetivos estratégicos da Sociedade assentam grande parte do seu esforço na:

- Dinamização da oferta dos seus produtos e serviços, ajustando-a às necessidades dos clientes e à conjuntura registada nos mercados financeiros;
- Adequação das propostas de valor na gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços apresentados aos seus clientes;
- Dotação de ferramentas de informação e tecnologia, de gestão e controlo do risco necessárias na execução da atividade.

Com estes objetivos a Sociedade pretende manter a liderança, em montante sob gestão em fundos de investimento, para tal tem reformulado a sua oferta, procurando também desta forma concretizar as aspirações financeiras dos clientes. No entanto, a envolvente mantém-se adversa: a deterioração do enquadramento macroeconómico em Portugal, o comportamento volátil dos mercados de capitais, o aumento da concorrência no setor, o recurso ao cross-selling por parte dos concorrentes e dentro dos canais de comercialização utilizados pela sociedade gestora e as alterações no enquadramento regulamentar dos fundos de investimento, dificultam a concretização dos objetivos definidos e atrasam a implementação da visão estratégica da Sociedade nos próximos anos.

## Plano de Atividades

Para acompanhar a execução do plano de atividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de atividade, produzido internamente pela Área de Auditoria Interna e Controlo de Gestão da Caixa - Gestão de Ativos SGPS e pela Direção de Controlo e Planeamento da Caixa Geral de Depósitos.

Anualmente, o Relatório e Contas apresenta uma avaliação da atividade desenvolvida pela sociedade.

## 2.3. PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO

Toda a atividade da Sociedade é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para acompanhar o grau de observância respetivo.

Neste contexto, a Sociedade adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

### Regulamentos Internos e Externos

A atividade da Sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais e às consagradas nos seus Estatutos.

A sociedade está igualmente sujeita aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo DL n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

De um modo geral, à Sociedade aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua atividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, na sua atual redação, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de Novembro, na sua atual redação e todas as disposições regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

No âmbito da sua atividade de gestão de fundos mobiliários, é de realçar ainda o Decreto-lei n.º 63-A/2013, de 10 de Maio que institui o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, entretanto revogado pela Lei 16/2015, de 24 de Fevereiro, que institui o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo.

Destaca-se, também, a aplicação à sociedade da lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, e do Regulamento EU n.º 1781/2006, que estabelecem medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

### Código de Conduta

A sociedade dispõe de um Código de Conduta que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa.

O Código de Conduta pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, atuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às atividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei.

Todas as operações de aquisição ou alienação de valores mobiliários efetuadas pelos colaboradores são alvo de restrições impostas por este Código e, mensalmente, todos os colaboradores comunicam por escrito as operações realizadas por conta própria.

## **Cumprimento da Legislação e Regulamentação**

### **Normas de Natureza Fiscal**

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a Direção Administrativa e Financeira assegura o cumprimento das mesmas ao nível da Sociedade e dos Fundos.

### **Normas de prevenção de branqueamento de capitais**

Para efeitos da prevenção de operações relacionadas com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e crimes contra o mercado, a Sociedade atua em estrita colaboração com a CGD, já que os ativos por si geridos são comercializados e depositados nessa instituição financeira.

A CGD dispõe de um adequado normativo interno, do qual constam todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, bem como as medidas e procedimentos internos destinados ao cumprimento dos aludidos deveres, de que se destacam ferramentas informáticas para deteção de situações suscetíveis de configurarem branqueamento de capitais, de que a corrupção é crime subjacente.

Não obstante este fato, a Sociedade tem presente todos os deveres impostos pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho e pela regulamentação em vigor nesta matéria. A formação dos colaboradores sobre a temática da prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo constitui um aspeto crucial em toda a temática da prevenção.

O responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, bem como pela centralização da informação e respetiva comunicação às autoridades competentes é a Direção de Supervisão e Controlo, em estrita colaboração com o Gabinete de Apoio à função de Compliance da CGD.

A Sociedade não identificou no corrente ano quaisquer operações suspeitas relacionadas com o crime de branqueamento de capitais, não tendo sido realizada qualquer comunicação às entidades competentes.

### **Normas de concorrência e de proteção do consumidor**

As práticas concorrenciais da Sociedade obedecem a princípios éticos de atuação que não põem em causa as linhas de ação da sã concorrência das Instituições que operam no sistema financeiro.

O processo de criação, aprovação e lançamento de Produtos e Serviços obedece a procedimentos que procuram acautelar o cumprimento da legislação vigente e da estratégia de negócio e a satisfação das necessidades dos Clientes.

### **Normas de natureza ambiental**

A Sociedade encontra-se inserida num grupo económico em que o Ambiente assume uma importância fulcral na Estratégia de Sustentabilidade, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua atividade a nível externo e interno.

Neste âmbito na CGD há a destacar o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007. Assente em cinco vetores de atuação, este Programa concretiza a estratégia climática da CGD. Uma estratégia que passa tanto pela ação interna – assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias – como pela atuação no mercado e na esfera social,

contribuindo para a edificação de uma economia de baixo carbono. Estes vetores são transversais a todo o grupo Caixa, englobando ações que ambicionam diminuir o impace ambiental decorrente quer dos seus impactos diretos, quer dos indiretos.

### **Normas de índole laboral**

A sociedade pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, cultivando um diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores e dando cumprimento à legislação laboral, ao Acordo Coletivo de Trabalho das Empresas do Grupo CGD e às diversas Ordens de Serviço. A sociedade mantém disponível um domínio na intranet onde podem ser consultadas as Ordens de Serviço em vigor.

Em 2014, como nos anos anteriores, a sociedade acolheu o conjunto de procedimentos em matéria de remunerações, determinados pela lei do Orçamento do Estado e aplicados pela CGD.

### **Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres**

O pessoal efetivo da Sociedade apresentou em 2014 uma distribuição equitativa por sexos (52% feminino e 48% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o ajustamento às necessidades do currículo e perfil de competências de cada candidato.

### **Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional**

A Sociedade tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Adequação das colocações às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns colaboradores;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;
- Atribuição de subsídios aos filhos dos colaboradores (infantil e de estudo);
- Concessão de empréstimos para necessidades relevantes de ordem material e social dos seus colaboradores;
- Apoio nas colónias de férias para os filhos dos colaboradores.

### **Valorização profissional dos colaboradores**

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Em 2014, registaram-se diversas participações em ações de formação sobre diversas temáticas da área comportamental - 'gestão de conflitos', 'care for clients' e 'neuroliderança' – bem como ações de formação específicas à atividade, participações em cursos de informática e presenças em conferências, colóquios e seminários.

Os colaboradores que pretendam frequentar cursos de formação, considerados de importância para o desempenho da sua função, podem requerer uma comparticipação nos custos de formação, existindo regulamentos específicos para esta matéria.

Salienta-se ainda que, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, a Sociedade também oferece aos seus colaboradores condições especiais para a aquisição de equipamento informático.

## 2.4. TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

### Transações relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas, todas as empresas controladas pelo Grupo CGD. Das transações com empresas do Grupo destaca-se como sendo a mais relevante, as realizadas com a CGD.

Em 31 de Dezembro de 2014, as demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com a CGD:

<i>Valores em milhares de euros</i>	
Ativos	
– Disponibilidades em instituições de crédito	851
– Aplicações em instituições de crédito	19.430
Proveitos	
– Juros e rendimentos similares	337
Custos	
– Comissões pagas	14.034

### Procedimentos adotados em matéria de aquisição de serviços

A Sociedade possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia. As aquisições que representam valores naturalmente relevantes são efetuadas com recurso aos serviços especializados do grupo CGD (Sogrupos Compras e Serviços).

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por produto;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – de forma escrita com troca de correspondência ou contrato formal.
- Utilização sempre que possível, da plataforma eletrónica de compras do grupo CGD.

### Universo de transações que não tenha ocorrido em condições de mercado

As contratações sem consulta ao mercado são habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, respeitando as práticas de mercado e o interesse mútuo:

- Locação operacional de viaturas: com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

### Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Terceiros

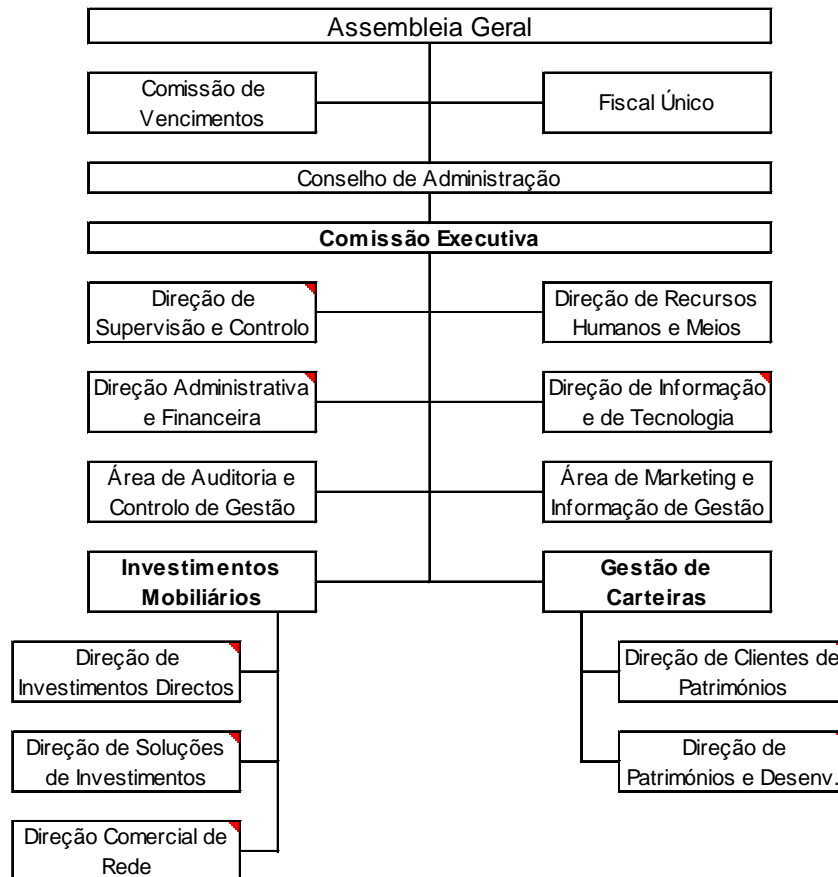
O único fornecedor que representa mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em 2014 foi a Caixa Geral de Depósitos, com 83%.



## 2.5. MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

### Modelo de Governo

A Sociedade dispõe de uma organização que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias. Esta estrutura contempla a segregação de funções, assente na separação entre as diferentes funções existentes:



### Informação Sobre os Órgãos Sociais - triénio 2014/2016

A **Mesa da Assembleia-Geral** é composta pelos seguintes membros:

Presidente	Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr. <sup>a</sup> Maria Amélia Vieira Carvalho de Figueiredo
Secretário	Dr. Ruben Filipe Carriço Pascoal

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato atual (triénio 2014/2016) é a seguinte:

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr. <sup>a</sup> Sofia Brigida Correia dos Santos Marçal Teixeira Furtado Torres

Na sequência do entendimento do Banco de Portugal relativamente às disposições constantes no Estatuto do Gestor Público sobre o limite máximo do número de mandatos, os Srs. Administradores João Eduardo de Noronha Gamito Faria, Fernando Manuel Domingos Maximiano e Luís Miguel Saraiva Lopes Martins apresentaram a renúncia aos cargos, com efeitos a partir de 31 de Março de 2015.

Durante o exercício de 2014 o Conselho de Administração teve 10 reuniões.

O **Fiscal Único** é a Oliveira Rego & Associados - S.R.O.C., representada pelo Dr. Manuel de Oliveira Rego e pela suplente a Dr.<sup>a</sup> Paula Cristina Guerreiro Ganhão de Oliveira Rego.

A composição da **Comissão de Vencimentos** nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Sociedade é a seguinte:

Membro	Dr. Rui Manuel Negrões Soares
Membro	Dr. Vitor José Lilaia Da Silva

Os curriculum vitae dos membros da mesa da Assembleia Geral e dos órgãos de administração e de fiscalização estão apresentados no Anexo I ao presente relatório.

### Prevenção de conflitos de interesses

A organização e gestão das atividades de intermediação financeira são realizadas por forma a que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos e as Direções estão estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses com membros do Conselho de Administração e os colaboradores, estão estabelecidas as seguintes normas:

- Preenchimento de uma declaração individual, em que constem as situações suscetíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido a vínculos económicos.
- Interdição de uso direto ou indireto das informações obtidas através da Sociedade, em seu próprio benefício, nem a facilitá-la a quaisquer clientes ou terceiros. Estão ainda sujeitos ao segredo profissional e ao regime jurídico aplicável à informação privilegiada, as informações conhecidas por força do exercício da atividade de intermediação financeira.
- Observância, em todas as suas atuações, do cumprimento das exigências éticas, morais e deontológicas e contribuição para o bom funcionamento e transparência dos mercados.

Adicionalmente, estão também estipulados critérios de resolução de potenciais conflitos de interesses com clientes, salvaguardando a prevalência dos interesses dos clientes e o respeito pelos princípios de equidade e de transparência.

### Incompatibilidades dos membros do Conselho de Administração

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na sociedade e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes da integração em empresas do Setor Empresarial do Estado ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

### Avaliação de desempenho dos gestores executivos

Considerando a forma como foi conduzida a administração da sociedade, o acionista propôs na última

Assembleia-geral, um voto de confiança no Conselho de Administração e em cada um dos seus membros, para que prossigam os seus mandatos.

### **Incompatibilidades dos Membros do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e a maioria dos seus membros são independentes, de acordo com a recomendação constante da carta circular do Banco de Portugal nº 24/2009/DSB e do art.º 414 nºs 5 e 6 do CSC

### **Meios de salvaguarda da independência dos auditores**

A auditoria anual às contas da Sociedade é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, que tem como interlocutores privilegiados o Conselho Fiscal e a Direção de Contabilidade e Consolidação de Informação Financeira, sendo que, de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo são da responsabilidade do Conselho Fiscal, que assegura as suas condições de independência.

## **2.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **Política de Remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização**

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os Objetivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas dos Administradores com pelouros, sendo os custos suportados pelas empresas participadas.

As remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização encontram-se espelhadas no Anexo II ao presente relatório.

## **2.7. SISTEMA DE CONTROLO**

### **Sistema de Controlo Interno**

Anualmente, a Sociedade elabora um relatório sobre o Sistema de Controlo Interno que é entregue ao Banco de Portugal e à CMVM onde se evidencia o cumprimento da legislação e regulamentação, as deficiências que a sociedade apresenta e as medidas que está a desenvolver com vista as eliminar e que inclui capítulos relativos ao branqueamento de capitais e às reclamações de clientes.

Semestralmente, é também apresentado ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, o Relatório de Compliance, onde são identificados os incumprimentos verificados nas sociedades gestoras de fundos e as medidas adotadas para corrigir eventuais deficiências. Este documento é preparado pela Direção de Supervisão e Controlo, direção responsável pela função *compliance*.

### **Sistema de Controlo de Proteção dos Investimentos**

Complementarmente ao Sistema de Controlo Interno (referido anteriormente), os clientes particulares que têm contrato de gestão de carteiras estão abrangidos pelo Sistema de Indemnização aos Investidores, pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-lei n.º 222/99, de 22 de Junho, com o objetivo de proteger os pequenos investidores e que funciona junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

## Sistema de Controlo de Salvaguarda de Títulos

No exercício da atividade de gestão discricionária de carteiras por conta de outrem, a Sociedade assegura uma distinção clara entre os bens pertencentes ao seu património e os bens pertencentes ao património de cada cliente. Para tal adota procedimentos e medidas que permitem, a todo o momento e em todos os atos praticados, o cumprimento desta distinção, em conformidade com o disposto no Código de Valores Mobiliários sobre a salvaguarda dos bens dos clientes.

A Sociedade ciente destes procedimentos, entende todo o trabalho realizado nesta matéria como uma das peças do sistema de controlo interno da Sociedade.

## 2.8. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

### Representante para as Relações com o Mercado

A Sociedade, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, cujo contato é o seguinte:

- Dr. Fernando Maximiano, Vogal do Conselho de Administração da entidade gestora.
- Endereço: Av. João XXI, 63 – 2º 1000-300 Lisboa Telefone: 217905457 Fax: 217905765
- E-mail: caixagest@caixagest.t

### Divulgação de informação relevante

No exercício do cumprimento integral do dever de divulgação pública de informação relevante, durante o ano 2014 a sociedade remeteu à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) 70 informações relevantes que se encontram disponíveis no sítio [www. cmvm.pt](http://www.cmvm.pt):

- Anúncios de disponibilização ao público dos Relatórios & Contas ..... 64
- Anúncios de distribuição de rendimentos ..... 3
- Anúncios de correção a valores de unidades de participação ..... 3

### Divulgação de informação no sítio da empresa

O site da sociedade inclui na sua arquitetura de informação, uma área de acesso público exclusivamente dedicada à divulgação de toda a informação obrigatória e legal respeitante ao Governo da Sociedade, de forma a cumprir integralmente os princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do estado, aprovados pela resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março.

### Divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade

O presente Relatório de Bom Governo, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, encontra-se também disponível para consulta no site da sociedade.

## 2.9. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

### Sustentabilidade económica, social e ambiental

A Sociedade faz parte do Grupo CGD que, pela sua visão estratégica, ambiciona estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível ambiental destaca-se o Programa Caixa Carbono Zero 2010, programa estratégico da CGD para as Alterações Climáticas que visa contribuir para a redução do impacto ambiental das suas atividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, Clientes, fornecedores e da sociedade em geral.

A oferta de produtos financeiros inovadores também evidencia a integração dos aspetos ambientais de uma forma transversal, nomeadamente através do Fundo Especial de Investimento Caixagest Energias Renováveis, o primeiro fundo temático português de investimento socialmente responsável com notação máxima de cinco estrelas atribuída pela Morningstar.

## 2.10. NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE

### Provedor do cliente

As sociedades gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário não estão obrigadas à nomeação de um Provedor do cliente.

O relacionamento com os clientes é na quase totalidade efetuado através da rede comercial da CGD pelo que, regra geral, todas as reclamações são atendidas e resolvidas ao nível da Estrutura Central da CGD. As reclamações dos clientes constituem um meio privilegiado para melhorar o nível de serviço da Sociedade, quer na resolução das situações apresentadas, quer na definição de procedimentos mais adequados em situações futuras.

Nos casos em que as reclamações são diretamente dirigidas à Sociedade Gestora são adotados os seguintes procedimentos de forma a garantir a sua pronta e justa apreciação:

- Todas as reclamações são encaminhadas para a Direção de Clientes e Negócio e para a Direção de Supervisão e Controlo, que, não estando afetas a execução das operações, as apreciam imparcialmente, procedendo à sua resposta.
- É estabelecido um prazo máximo de dez dias úteis para resposta ao cliente.
- Os processos de reclamação, os resultados da apreciação, bem como todos os elementos identificativos da mesma são conservados por um prazo mínimo de cinco anos.

## ANEXO I – CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

### Conselho de Administração

#### João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2014/2016.

Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Ativos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger, SGFII e da CGD Pensões, SGFP.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (2008-2011). Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital (1994). Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

#### Fernando Manuel Domingos Maximiano

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2014/2016.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso de “Global Asset Allocation” no International Center for Monetary and Banking Studies em Geneve. Curso de “Financial Risk Management” no Instituto de Gestão Bancária. Cursos de “Negotial Strategies” e de “Marketing Strategies” na Universidade Nova de Lisboa. Programa de Alta Direção de Empresas no Instituto de Estudios Superiores de la Empresa da Universidade de Navarra.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Gestão de Ativos (desde 2008), da Caixagest, Técnicas de Gestão de Fundos (desde 2002).

Diretor-Geral da Caixagest (1994-2000). Chefe de Investimento em Obrigações de Taxa Fixa da Caixagest (1993-1994). Gestor de Fundos na Caixagest (1990-1993) e na UAP - Union des Assurance de Paris (1989-1990).

Data de Nascimento: 25 de Dezembro de 1960

#### Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2014/2016.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Ativos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Ativos Financeiros.

Membro do Conselho de Administração da CGD Pensões (desde 2004) e da Fundger (2009-2013). Diretor de Gestão de Ativos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Ativos Financeiros, SGFIM e da Mello Ativos Financeiros SGP. Diretor de Investimento da AF

Investimentos, SGFIM. Diretor de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Diretor de Research da Caixagest. Subdiretor da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

Sofia Brigida Correia dos Santos Marçal Teixeira Furtado Torres

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 21/11/2013. O mandato atual diz respeito ao triénio 2014/2016.

Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Pós-graduada em Mercados e Ativos Financeiros pelo CEMAF/INDEG. Curso Avançado de Gestão Bancária pelo IFB\Universidade Católica.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest (desde 2013). Coordenadora da área de Gestão de Dívida e Liquidez do IGTC (2009-2013). Diretora na DMF/CGD (2001-2009). Coordenadora do Gabinete Técnico de Mercados e Gestão de Carteiras do grupo CGD (1999-2001). Colaboradora da Caixa Geral de Depósitos (desde 1993).

Data de Nascimento: 15 de Abril de 1968

**Mesa da Assembleia Geral**

Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral em 31/3/2005. O mandato atual diz respeito ao triénio 2014/2016.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Gestão de Ativos, Caixa-Imobiliário, Caixagest, Caixanet, Caixatec, Fundger, Gestinsua, Imocaixa, Sanjimo e Vale do Lobo. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Gerbanca, Parbanca, Sogrupos IV e Yunit Serviços. Secretário da Mesa da Assembleia Geral de A Promotora, Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, Caixa BI, Caixa Participações, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Garantia, Locarent, Sogrupos Compras, Sogrupos SI e TF Turismo Fundos. Membro da Comissão de Vencimentos da Cares, Multicare, Sogrupos Compras, Sogrupos IV e TF Turismo Fundos. Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral Totta Angola. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980), exercendo funções diretivas desde 2005. Exerce advocacia em regime de profissão liberal (desde 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

Dr<sup>a</sup> Maria Amélia Vieira de F.Carvalho de Figueiredo

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia-Geral em 29/4/2011. O mandato atual diz respeito ao triénio 2014/2016.

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Gestão de Ativos, da Caixagest e da Fundger (desde 2011). Secretário da Mesa da Assembleia-geral da Gerbanca (desde 2012), da Caixa Seguros e Saúde e da HPP - Hospitais Privados de Portugal (desde 2011), da HPP-ACE (desde 2010), da Caixa Participações e da Parbanca (desde 2009). Colaboradora da Caixa Geral de Depósitos (desde 1987).

Data de nascimento: 30 de Julho de 1955

Dr. Ruben Filipe Carriço Pascoal

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia-geral em 29/4/2011. O mandato atual diz respeito ao triénio 2014/2016.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas e Mestre em Finanças pelo ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Secretário da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Gestão de Ativos, da Caixagest e da Fundger (desde 2011). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 2002).

Data de nascimento: 13 de Outubro de 1979

**Fiscal Único**

Dr. Manuel de Oliveira Rego

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2014/2016.

Licenciado em Finanças no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Revisor Oficial de Contas desde 1980.

**Comissão de Vencimentos**

Rui Manuel Negrões Soares

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 28/5/2014. O mandato atual diz respeito ao triénio 2014/2016.

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e Curso Avançado de Gestão Bancária pelo Instituto Superior de Gestão Bancária.

Diretor Central DMK (2015). Diretor Central DPE (2014). Diretor Central DPC (2012-2013). Diretor Coordenador da DPC (2010-2011). Diretor FleetData (2005-2010). Diretor ALD Automotive (2001-2005). Colaborador da CGD (1993-2001).

Data de nascimento: 19 de janeiro de 1968

Vitor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2014/2016.

Licenciado em Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Administrador do Banco Caixa Geral Totta de Angola. Membro do Conselho de Administração da Caixa Participações SGPS, da Gerbanca SGPS, da Parbanca SGPS e da Parcaixa SGPS. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sogrupa CSP, da Sogrupa SI e da Sogrupa IV GI. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Caixa Geral de Depósitos Culturgest. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur, da Promotora, da Garantia e do BCA. Vogal da Comissão de Vencimentos da Locarent, do Banco Interatlântico, do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa Banco de Investimento, da Caixa Gestão de Ativos, da Caixa Imobiliário, da Caixa Capital, da Caixa Desenvolvimento, da Caixa Leasing e Fatoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundger, da Imocaixa, da Margueira, da Multicare, da OMIclear, da Sogrupa CSP, da Sogrupa SI, da Sogrupa IV GI e da Vale do Lobo - Resort Turístico de Luxo. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955



## ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

### Conselho de Administração

Os Administradores com pelouros atribuídos receberam em 2014, as remunerações e compensações de despesas constantes do quadro seguinte:

	Presidente Dr.João Faria	Administrador Dr.Luis Martins	Administrador Dr.Fernando Maximiano	Administrador Dr.ª Sofia Torres
<b>Remunerações</b>				
Remuneração mensal (1)	12.397,50	9.405,00	9.405,00	7.149,99
Remuneração anual recebida	173.563,45	131.670,00	131.670,00	100.099,86
<b>Outras regalias e compensações</b>				
Gastos anuais em comunicações móveis	1.197,89	1.440,00	1.440,00	1.268,24
Subsídio anual de refeição	2.797,20	2.664,00	2.775,00	3.019,20
Outras (2)	-	357,40	575,20	1.704,40
<b>Encargos com benefícios Sociais</b>				
Regime de Proteção Social (anual)	55.168,60	32.954,88	34.263,99	28.930,52
<b>Parque Automóvel</b>				
Valor de renda anual da viatura de serviço	9.259,44	12.060,00	9.214,35	8.398,76
Valor da renda média mensal	771,62	1.005,00	767,86	699,90
Ano de Início do contrato atual	2013	2010	2014	2013
Valor anual do combustível com a viatura	1.114,10	-	-	-
<b>Informações Adicionais</b>				
Regime de Proteção Social	Seg.Social	CGA	Seg.Social	CGA
Funções remuneradas fora do grupo	Não	Não	Não	Não

(1) As remunerações dos membros do Conselho de Administração acima identificadas refletem já as reduções remuneratórias de 5% e 10% do artigo 12º da Lei nº 12- A/2010, de 30 de junho e do artigo 27º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como as reduções decorrentes da aplicação do Estatuto do Gestor Público.

(2) Subsídio Infantil e de Estudo

Nos termos do art.º 37º da Lei 66-B/2012 não foram distribuídos prémios de gestão aos membros dos órgãos de gestão em 2014.

### Revisor Oficial de Contas

Nos exercícios de 2013 e 2014, os custos anuais relativos à remuneração dos serviços de auditoria externa foram de 20.200 euros, excluindo impostos, e o custo de elaboração do Relatório de Salvaguarda de Ativos foi de 20.000 euros, excluindo impostos, em ambos os exercícios.

O Fiscal Único não foi remunerado pelas suas funções de fiscalização.

O custo anual dos serviços de revisão oficial de contas da Sociedade e de elaboração do Relatório de Controlo Interno foi de 25.000 euros, excluindo impostos, em ambos os exercícios.

### 3. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

#### Objetivos de Gestão

O Estado Português, através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentor da totalidade do capital social da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. Foram estabelecidas orientações e objetivos de gestão para o trénio 2013-2015 (vide ponto 2.2. do Relatório do Governo Societário).

#### Prazo médio de pagamento e divulgação dos atrasos nos pagamentos

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

#### Recomendações do Acionista

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2013, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

#### Nível das Remunerações

Os membros dos órgãos de administração da Sociedade são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP). Em conformidade, a Sociedade respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais. As remunerações dos membros do Conselho de Administração sofreram as reduções remuneratórias de 5% do artigo 12º da Lei nº 12- A/2010, de 30 de junho e de 10% do artigo 27º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como as reduções decorrentes da aplicação do Estatuto do Gestor Público e, nos termos do art.º 37º da Lei 66-B/2012 não foram distribuídos prémios de gestão aos membros dos órgãos de gestão (vide Anexo II do Relatório do Governo Societário).

Durante o ano de 2014 a remuneração dos trabalhadores foi sujeita às reduções remuneratórias previstas no artigo 27º da Lei nº 66-B/2012.

Os membros da Assembleia Geral e o Fiscal Único não foram remunerados pelo exercício das suas funções.

#### Aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Nos termos do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os membros dos órgãos de administração da Sociedade não utilizam cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento para despesas ao serviço da empresa, nem apresentam quaisquer despesas que caíam no âmbito de despesas de representação pessoal.

#### Normas de Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Sociedade. No âmbito da atuação da Sociedade não foram celebrados contratos do valor superior a 5 milhões de euros.

## Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

O SNCP não é aplicável à Sociedade, contudo, a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do Grupo Caixa Geral de Depósitos - do qual a Sociedade faz parte - é efetuada através do Sogruppo Compras e Serviços Partilhados - Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes do funcionamento de SCSP empresa e do exercício da sua atividade estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais. A atividade do SCSP é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas.

## Parque de Veículos do Estado

Não é aplicável à Sociedade, contudo inserida na estratégia global de redução de custos, a Sociedade tem promovido um conjunto de iniciativas que têm como objetivo a racionalização da gestão da frota de viaturas, de que se destaca a promoção de um processo contínuo de revisão dos valores de renda anual, que se traduziu, em 2014, numa redução dos plafonds de atribuição viaturas superior a 20%.

## Medidas de redução dos gastos operacionais e redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

Não foram definidas medidas de redução de gastos com comunicações, ajudas de custo e deslocações, nem foram definidos objetivos de redução do número de efetivos e de cargos dirigentes.

## Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Orientações	Cumprimento			Quantificação
	S	N	N.A.	
Objetivos de gestão	X			
Evolução do PMP a fornecedores	X			
Divulgação dos atrasos nos pagamentos	X			
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	X			
Nível das remunerações:				
· Não atribuição de prémios de gestão (art.º 37º da Lei 66-B/2012)	X			
· Órgãos Sociais – redução remuneratória (art.º 27º da Lei 66-B/2012)	X			
· Órgãos Sociais - redução remuneratória (art.º 12º da Lei 12- A/2010)	X			
· Auditor Externo – redução remuneratória (art.º 75º da Lei 66-B/2012)	X			
· Trabalhadores - redução remuneratória (art.º 27º da Lei 66-B/2012)	X			
· Trabalhadores - proibição de aumentos (art.º 35º da Lei 66-B/2012)	X			
Artigo 32.º do EGP – cartões de crédito e despesas de representação	X			
Aplicação das normas de contratação pública			X	
Auditorias do Tribunal de Contas			X	
Parque automóvel			X	
Redução de gastos operacionais (art.º 64º da Lei 66-B/2012)			X	
Redução de Trabalhadores (art.º 63º da Lei 66-B/2012)			X	

S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

## **4. RELATÓRIO DE AUDITORIA, CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**



**Ênfase**

5. Em 31 de dezembro de 2014, a Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. era responsável pela gestão de trinta e dois fundos de investimento mobiliário (“Fundos”). As demonstrações financeiras desses Fundos relativas ao exercício findo naquela data foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual emitiu os respetivos Relatórios de Auditoria. Um dos Relatórios de Auditoria emitidos por aquela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inclui uma reserva por limitação de âmbito pelo facto de um Fundo gerido pela Sociedade deter em carteira unidades de participação de dois fundos de investimento imobiliário, no montante de, aproximadamente, 1.659.494 euros (10% do valor líquido global do Fundo em 31 de dezembro de 2014), cujos últimos relatórios de auditoria disponíveis incluíam reservas relacionadas com a eventual sobrevalorização das carteiras de imóveis detidas pelos mesmos. A nossa opinião, no que se refere ao potencial impacto nas contas da Sociedade de eventuais situações ocorridas ao nível dos Fundos, baseia-se unicamente nos Relatórios de Auditoria dessa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

**Relato sobre outros requisitos legais**

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2014.

Lisboa, 30 de março de 2015



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura



**OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.**, as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de balanço de 35.427.052 euros e um total de capital próprio de 29.354.286 euros, incluindo um resultado líquido de 3.144.646 euros), as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

**RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as normas técnicas e diretrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras, a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



**OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A., em 31 de dezembro de 2014, bem como os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

**ÊNFASE**

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação.
- 8.1 Em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações financeiras dos fundos de investimento mobiliários (“fundos”) geridos pela Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, SA relativas ao exercício findo naquela data foram examinados por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Um dos relatórios de auditoria emitidos por aquela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inclui uma reserva por limitação de âmbito pelo facto de um fundo gerido pela Sociedade deter em carteira o montante de, aproximadamente, 1.659.494 euros (10% do valor líquido global do fundo em 31 de dezembro de 2014) em unidades de participação de dois fundos de investimento imobiliário, cujos relatórios de auditoria disponíveis incluíam reservas relacionadas com a eventual sobrevalorização das carteiras de imóveis detida por esses fundos.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

LISBOA, 30 DE MARÇO DE 2015

**OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS**  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego



**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

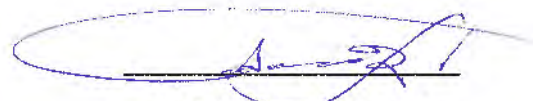
Senhores acionistas,

1. No desempenho das funções previstas no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Fiscal Único emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
2. O Fiscal Único acompanhou a evolução da gestão da Sociedade ao longo do exercício e periodicamente desenvolveu trabalhos de revisão legal de contas, emitindo relatórios sobre as verificações efetuadas e sugestões, os quais foram enviados oportunamente ao Conselho de Administração.
3. O Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas emitiu em 27 de junho de 2014, nos termos do Aviso n.º 5/2008, de 25 de junho, do Banco de Portugal, os pareceres sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e sobre o processo de preparação e divulgação de informação financeira da Caixagest.
4. O Fiscal Único emitiu em 29 de agosto de 2014, nos termos do Aviso n.º 9/2012, de 17 de maio, do Banco de Portugal, o parecer sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno, no âmbito específico da prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.
5. No final do exercício o Fiscal Único analisou os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão, apresentados pelo Conselho de Administração, procedeu às verificações que considerou convenientes e emitiu a Certificação Legal das Contas.
6. **PARECER:**

Tudo devidamente ponderado, somos de parecer que a Assembleia Geral:

- a) aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artº 455º do Código das Sociedades Comerciais.

LISBOA, 30 DE MARÇO DE 2015  
O FISCAL ÚNICO



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego